

ULTRAPAR EM 2013

A Ultrapar seguiu em 2013 sua trajetória marcada por fortes investimentos, com um total de **R\$ 1,1 bilhão investidos no ano**, voltados a continuidade de crescimento de escala e produtividade, servindo um número crescente de clientes cada vez melhor.



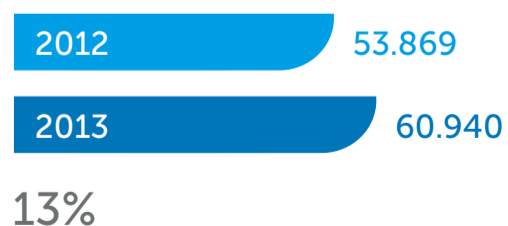
DIFERENCIAÇÃO E INOVAÇÃO

GOVERNANÇA

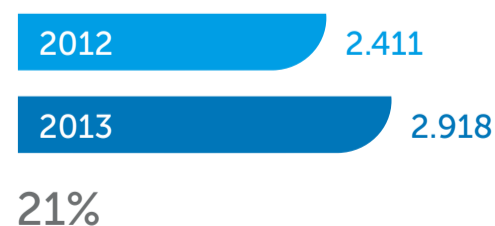
FORTES INVESTIMENTOS

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

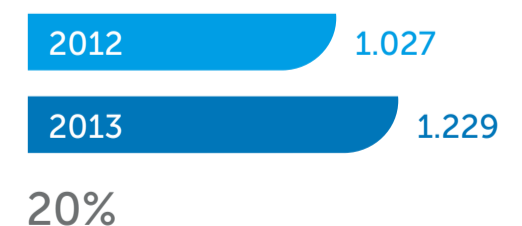
RECEITA LÍQUIDA (R\$ Milhões)



EBITDA (R\$ Milhões)



LUCRO LÍQUIDO (R\$ Milhões)





ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

RELATÓRIO DA

SENHORES ACIONISTAS,

A direção da ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (Ultrapar) submete à apreciação de V.Sas. seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativos ao ano de 2013.

PERFIL DA COMPANHIA

A Ultrapar seguiu em 2013 a sua trajetória marcada por investimentos constantes em negócios de demanda crescente e resiliente: distribuição de combustíveis, por meio da Ipiranga e da Ultragas, especialidades químicas, com a Oxiteno, e armazenagem de graneis líquidos, com a Ultracargo. Tendo completado 76 anos, a história da companhia foi construída com espírito empreendedor, produtos e serviços diferenciados para seus clientes, planejamento e execução consistentes de sua estratégia, com oportunidades de crescimento e desenvolvimento para seus profissionais.

Os negócios da Ultrapar se estendem por todo o território brasileiro, caracterizados por grande capilaridade. A Ultrapar atua também no exterior, por meio da Oxiteno, através de bases industriais estabelecidas nos Estados Unidos, México, Uruguai e Venezuela e representações comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia. Ao final de 2013, a Ultrapar contava com um quadro de 9 mil colaboradores.

A Ultrapar mantém, desde 1999, ações listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), tendo ingressado em 2011 no Novo Mercado, e na New York Stock Exchange (NYSE), com ADRs Nível III. Em 2013, as ações da Ultrapar apresentaram uma valorização de 21%.

AMBIENTE ECONÔMICO-OPERACIONAL

Em 2013, a exemplo do passado recente, o cenário macroeconômico continuou difícil. Com o intuito de conter os crescentes índices de inflação verificados ao longo do ano, o governo brasileiro elevou a taxa de juros básica da economia, de 7,25% ao final de 2012 para 10,0% ao final de 2013. O PIB projetado de 2013 aponta para um crescimento de 2,2%. Esse desempenho da economia brasileira e a instabilidade econômica no mercado internacional contribuíram para a depreciação do Real frente ao dólar, apresentando cotação média de R\$ 2,16/US\$ em 2013 em comparação a R\$ 1,95/US\$ em 2012. O licenciamento de veículos leves em 2013 foi de 3,6 milhões de unidades, praticamente estável em relação ao ano anterior. Em decorrência, a frota de veículos leves cresceu estimados 7% em 2013, mantendo a tendência de evolução dos últimos anos.

A ULTRAPAR EM 2013

A Ultrapar registrou em 2013 mais um ano de realizações e crescimento de resultados.

Um processo sucessório organizado e transparente, aliado ao sólido sistema de gestão da companhia, permitiu a sucessão do cargo de diretor-presidente em 2013, dando continuidade ao planejamento e execução de nossa estratégia de crescimento e geração de valor, voltada para perenização por meio de investimentos orgânicos, aquisições, diferenciação e excelência operacional.

Com um olhar nas boas perspectivas para o setor de varejo farmacêutico, na busca de maior conveniência para nossos clientes da Ipiranga e Ultragas e em nossa capacidade de contribuição ao negócio, assinamos, em setembro, um acordo de associação com a Extrafarma, uma das dez maiores redes de drogarias do Brasil. Encontramos na Extrafarma os elementos que buscamos em nossos negócios: oportunidade de diferenciação, mercado resiliente e, ao mesmo tempo, crescimento associado à economia, setor em estágio inicial de consolidação e formalização e, portanto, com espaço para a Ultrapar estar entre as líderes. A cultura foi outro elemento de sintonia relevante, com a governança da Extrafarma desenhada para alinhar interesses e profissionalizar a gestão. Paulo Lazera, principal executivo da Extrafarma, permanecerá no comando do negócio como Diretor-Superintendente e passará a integrar a diretoria da Ultrapar. Iremos acelerar o plano de expansão da Extrafarma, garantindo maior capacidade de investimentos, acesso para abertura de drogarias nos postos Ipiranga e revendas Ultragas e fortalecimento da experiente equipe de gestão da Extrafarma com nossos mecanismos de governança, incentivos e alinhamento de interesses.

Em 2013, mantivemos a estratégia de ampliação da rede de distribuição da Ipiranga, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A continuidade da ampliação da frota brasileira de veículos leves e os investimentos em expansão da rede de postos e bases de armazenagem realizados pela Ipiranga permitiram crescimento nas vendas. Juntamos a esse conjunto de fatores estruturais positivos os resultados de uma estratégia de diferenciação, fundamentada na conveniência e na ampliação da oferta de serviços nos postos Ipiranga. Como parte dessa estratégia, a ConectCar iniciou suas operações em abril, com o objetivo de oferecer serviços de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis, tendo os postos Ipiranga como principal canal de relacionamento com clientes.

Uma das pioneiras da indústria química brasileira, a Oxiteno completou 40 anos em 2013, com uma história de expansão significativa da capacidade produtiva, inovação e tecnologia de produtos e processos. Os recentes investimentos realizados na expansão de unidades instaladas no Brasil e na aquisição de novas unidades no exterior contribuíram para o maior volume e composição de vendas mais favorável, com foco em especialidades químicas.

Com uma presença geográfica ampla, a Ultracargo soube entender as necessidades de seus clientes no setor de infraestrutura portuária, sendo a única companhia especializada em armazenagem e movimentação de graneis líquidos que está presente em seis portos brasileiros. Em 2013, focamos na consolidação de nossa nova operação no porto de Itaquí, iniciada a partir da aquisição realizada em 2012, e concluímos a expansão do terminal de Aratu.

Na Ultragas também obtivemos bons resultados em 2013, fruto de uma estratégia baseada em nossa marca forte, excelência dos serviços de nossa revenda e de nossa distribuição a granel e desenvolvimento de novas aplicações para o GLP. O processo permanente de busca por ganhos de produtividade, também influenciou positivamente seus resultados.

As práticas de governança e os resultados obtidos proporcionaram à companhia importantes reconhecimentos em 2013. Acreditamos que a razão para esses reconhecimentos está em uma cultura de empreendedorismo com execução planejada e criteriosa, de governança rigorosa e de formação continuada de profissionais que possam perpetuar nosso jeito de fazer e conduzir negócios.

DESTAQUES 2013

Aquisições e investimentos

- Assinatura de acordo de associação com a Extrafarma, uma das dez maiores redes de drogarias do Brasil, marcando a entrada da Ultrapar no varejo farmacêutico.
- Ampliação da rede revendedora da Ipiranga em 265 postos, 188 novas lojas am/pm e 144 lojas Jet Oil e Jet Oil Motos.
- Construção ou expansão de 10 bases de armazenagem da Ipiranga.
- Ampliação e adequação de plantas de especialidades químicas da Oxiteno no México e nos Estados Unidos.
- Conclusão da expansão do terminal de Aratu e modernização e manutenção dos terminais da Ultracargo.
- Captura de novos clientes no segmento de GLP a granel da Ultragas com foco em clientes de pequeno e médio porte.

Resultados

- Receita líquida de R\$ 61 bilhões em 2013, crescimento de 13% em relação ao ano anterior.
- Geração operacional de caixa (EBITDA) de R\$ 2,9 bilhões, aumento de 21% ante 2012.
- Lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão, 20% acima do registrado no ano anterior.

Principais reconhecimentos

- 1º lugar no prêmio "As Melhores Companhias para os Acionistas" na categoria empresas com valor de mercado superior a R\$ 15 bilhões, concedido pela Revista Capital Aberto.
- Melhor Governança Corporativa no IR Magazine Awards Brazil 2013.
- 4º lugar no ranking "Companhias Mais Admiradas do Mundo 2013" (World's Most Admired Companies 2013) no setor energético, da Fortune Magazine.
- Eleita uma das 100 empresas mais inovadoras do mundo pelo prêmio The World's Most Innovative Companies, da Forbes.

Governança corporativa, estratégia e criação de valor

A Ultrapar tem um longo histórico de pioneirismo no desenvolvimento de sua governança. A estrutura de governança da Ultrapar é calcada no alinhamento de longo prazo entre acionistas e gestores, em um processo iniciado nos anos 80, de forma pioneira, por Pery Igel, então gestor e principal acionista.

O modelo de governança construído ao longo dos anos pela Ultrapar se constituiu em elemento-chave para o crescimento e perenidade da companhia e de seus negócios. A estrutura de governança corporativa da companhia foi desenhada para a criação de uma empresa cada vez mais sólida, rentável e perene, possuindo dispositivos inspirados em padrões internacionais inéditos no Brasil, que excedem os requisitos do nível mais alto de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

O passo significativo mais recente se deu em 2011, quando a Ultrapar introduziu a sua nova estrutura de governança corporativa e ingressou no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Com a iniciativa, a companhia aprofundou seu processo de profissionalização da direção e adquiriu maior capacidade de investimentos, de forma a seguir conduzindo sua estratégia de crescimento.

A partir de 2013, Thilo Mannhardt, então membro do Conselho de Administração, assumiu como diretor presidente da companhia, sucedendo a Pedro Wongschowski, que ocupou a posição desde 2006 e passou a integrar o Conselho de Administração da Ultrapar. O sistema de gestão sólido e fortalecido da companhia permitiu realizar um processo de transição pensado e organizado, uma renovação sem rupturas.

Um dos benefícios da maior capacidade de investimento adquirida com o ingresso da Ultrapar no Novo Mercado da BM&FBOVESPA materializou-se em 2013, com a associação com a Extrafarma. Com a nova estrutura de governança da Ultrapar, foi possível realizar uma transação em que os acionistas da Extrafarma passassem a ser acionistas da Ultrapar, fator importante para a viabilização da associação.

Filosofia socioambiental, inovação e excelência operacional

A trajetória da Ultrapar tem como um de seus principais pilares uma visão de sustentabilidade que permeia ações e atitudes em campos que incluem desde o relacionamento com públicos específicos até a forma responsável de conduzir os negócios. Nesse contexto, a inovação é um dos principais elementos propulsores da estratégia de diferenciação de produtos e serviços adotada pela Ultrapar em seus negócios, e apresenta papel de destaque em sua história.

O relacionamento com as comunidades em que estão inseridas as suas atividades é também um dos pontos centrais da visão de sustentabilidade na

prática na Ultrapar. As práticas adotadas pela companhia nessa frente resultam em maior inclusão e desenvolvimento social, além de aproximar a Ultrapar ainda mais de seu público consumidor.

O Posto Ecoeficiente da Ipiranga é uma das iniciativas de diferenciação que espelham a filosofia de inovação da Ultrapar. O projeto do Posto Ecoeficiente envolve soluções na construção e operação dos postos que resultam em melhor aproveitamento de recursos, como água e energia elétrica, e redução de desperdícios e resíduos. Os Postos Ecoeficientes atingiram, em 2013, a marca de 488 unidades espalhadas pelo território nacional, além de mais 200 unidades em implantação. A Ipiranga realiza, desde 2008, o Programa Saúde na Estrada, que tem por objetivo levar saúde e informação aos caminhoneiros, principais clientes dos postos de serviço Ipiranga Rodo Rede, localizados nas rodovias federais e estaduais do país, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desses profissionais. A ação consiste na realização de exames médicos básicos, vacinação e campanhas informativas.

A operação da Oxiteno tem forte lastro na inovação, alicerce do crescente posicionamento em especialidades químicas nos mercados doméstico e internacional, que assegura ao negócio maior rentabilidade, menor volatilidade e maior proximidade aos clientes. Do seu quadro de funcionários, 7% está vinculado ao desenvolvimento de novos produtos, processos e tecnologias. Em 2013, 22 produtos completamente novos foram desenvolvidos e lançados no mercado, e a receita proveniente de novos produtos lançados nos últimos cinco anos foi responsável por 9% de seu faturamento.

Em 2013, a Ultracargo realizou a Semana Bem+Sustentável, focada na disseminação de conhecimentos relacionados com segurança, saúde, meio ambiente e qualidade. O evento contou com palestras com o objetivo de estimular a mudança de comportamento e conscientização dos colaboradores, considerando não somente questões relacionadas com o ambiente de trabalho, mas também as relações com as famílias e comunidades. Ao todo, mais de 800 colaboradores participaram das palestras realizadas.

A Ultragas está obtendo resultados importantes em um programa de logística para menor consumo de combustíveis em sua frota – e, portanto, redução de emissões de poluentes na atmosfera. O programa otimiza o reabastecimento de clientes corporativos do ponto de vista de emissões, além de proporcionar redução de custos. Por meio da Ultragas, a Ultrapar desenvolve, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), projetos socioambientais no entorno das comunidades onde atua. Dentre as iniciativas, as Campanhas Educativas, em parceria com o Governo Federal e Ministério da Saúde, têm a proposta de levar informações preventivas por meio da capacitação dos vendedores de GLP, e impactaram indiretamente cerca de 25 milhões de pessoas em 2013.

Interagindo com a comunidade do bairro da Bela Vista, em São Paulo, onde está localizada sua matriz, a Ultrapar deu início, em 2013, à 12ª turma do Ultra Formare, uma escola profissionalizante para jovens carentes de escolas públicas da região. Após um curso de 33 semanas, os jovens estão aptos a atuarem como auxiliares administrativos e comerciais. Essa iniciativa ajuda a inserir esses jovens no mercado de trabalho, criar mão-de-obra especializada e disseminar a cultura Ultrapar, que é passada ao longo de todo o curso por funcionários que atuam como professores voluntários.

Pessoas

A Ultrapar tem como um dos seus principais alicerces o desenvolvimento de capital humano. Para esse objetivo, conta com uma estratégia de pessoas fundamentada na meritocracia, que tem como instrumentos um sistema de remuneração variável atrelado à geração de valor e um sistema eficaz de atração, capacitação e retenção.

A captação de talentos para desenvolvimento e preparação, que suporta o crescimento da companhia, é uma das preocupações centrais da Ultrapar. Anualmente, a companhia oferece oportunidades para jovens talentos por meio da abertura de programas de estágio e de trainees. São contratados todos os anos cerca de 320 jovens profissionais, que obtêm uma visão ampla dos negócios da Ultrapar por meio de um rodízio de atividades e diversos treinamentos.

Clientes, revendedores e fornecedores

Na Ultrapar, a paixão e respeito pelo cliente é uma filosofia de trabalho que tem guiado a companhia ao longo de seus 76 anos de existência. Além disso, a Ultrapar mantém com a sua extensa rede de fornecedores e revendedores uma parceria sólida fundamentada em princípios éticos e em uma gestão focada em resultados financeiros sustentáveis. Essas características contribuem para a perenidade dos negócios da Ultrapar, além de benefícios que se estendem para os seus parceiros.

Um dos principais traços da cultura corporativa da Ipiranga é o estreito relacionamento com as revendas, fortemente embasado em programas de capacitação e treinamento para os proprietários de revendas e seus funcionários – os VIPs (Vendedores Ipiranga de Pista), como são conhecidos os frentistas na Ipiranga. Para manter um modelo de negócios diferenciado para seus revendedores, a Ipiranga busca desenvolver diversas iniciativas pioneiras no setor. Entre as iniciativas, uma das mais conhecidas é o Clube VIP, um programa de incentivo voltado especificamente para os funcionários dos postos, com o objetivo de engajar esses colaboradores e incentivar o cumprimento de metas e objetivos. Com relação aos consumidores finais, o Km de Vantagens é um caso de sucesso na estratégia de diferenciação desenhada pela Ipiranga, com vistas a obter a fidelização dos clientes. Com 15 milhões de participantes ao final de 2013, o programa transformou-se na principal plataforma de relacionamento da empresa, promovendo uma grande evolução das ações e da comunicação da Ipiranga com os consumidores finais.

A estreita relação com o cliente é um dos principais pilares do sucesso da estratégia da Oxiteno, uma vez que o processo de desenvolvimento de novas formulações está intrinsecamente ligado às demandas específicas de cada cliente. No setor de agroquímicos, essa proximidade ganha contornos mais





ADMINISTRAÇÃO 2013

Tais informações vêm acompanhadas por relatório dos auditores independentes sem ressalvas, que foi discutido e revisado pela Administração.

evidentes, resultando em uma combinação virtuosa de compartilhamento de esforços e resultado.

Visando à maior interação com os clientes e outros *stakeholders*, a Ultracargo introduziu, neste ano, o Programa "Conhecendo Melhor a Ultracargo". O programa permitiu estabelecer um processo mais estruturado e padronizado para as visitas a todas as unidades das empresas, conferindo maior eficácia no atendimento às expectativas que motivaram as visitas. Desde o seu início de operação, foram programadas 32 visitas nos terminais de Suape, Aratu, Santos, Rio de Janeiro e na matriz. A iniciativa permite que os *feedbacks* proporcionados pelos visitantes sejam aproveitados para o aprimoramento dos processos e serviços.

Antecipar as tendências relacionadas aos hábitos dos consumidores tem sido um dos principais focos de atenção da Ultragaz, gerando adaptações nas operações, nos ativos e na forma de atender seus clientes. Nesse contexto, a Ultragaz realizou, em 2013, uma importante pesquisa de mercado pelo Instituto Gallup focada na evolução dos hábitos e das necessidades do consumidor final com relação a qualidade dos serviços, resultado do crescimento do canal de entrega e da velocidade de atendimento nos segmentos granel e envasado, permitindo o início de testes de iniciativas para aproximar a empresa ainda mais de seus clientes e, assim, aprimorar os produtos e serviços oferecidos.

Investimentos

A Ultrapar deu sequência, em 2013, a uma estratégia de investimentos voltada à continuidade de crescimento de escala e competitividade, servindo cada vez melhor e um número crescente de clientes. Os investimentos, líquidos de desinvestimentos, totalizaram R\$ 1.119 milhões, dos quais R\$ 1.089 milhões foram direcionados a investimentos orgânicos e R\$ 29 milhões foram direcionados a aquisições.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 746 milhões, sendo (i) R\$ 348 milhões na expansão de sua rede de distribuição (através do embaeiramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, (ii) R\$ 86 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística para atender a demanda crescente, através da construção e ampliação de bases de operação, e (iii) R\$ 312 milhões na manutenção de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição e reforma de postos. Do total dos investimentos realizados pela Ipiranga, R\$ 758 milhões se referem a imobilizações e adições ao intangível, parcialmente compensados por R\$ 12 milhões referentes a repagamentos de clientes, líquidos de financiamentos a clientes.

Para a Oxiten, o total de investimentos em 2013 foi de R\$ 139 milhões, principalmente na continuidade da expansão da capacidade produtiva em Pasadena, nos Estados Unidos, e em Coatzacoalcos, no México, e na manutenção de suas unidades produtivas. A Ultracargo investiu R\$ 37 milhões em 2013, direcionados principalmente à modernização e manutenção dos seus terminais. Na Ultragaz foram investidos R\$ 151 milhões, direcionados principalmente para novos clientes do segmento granel, reposição de vasilhames e manutenção das bases de engarrafamento.

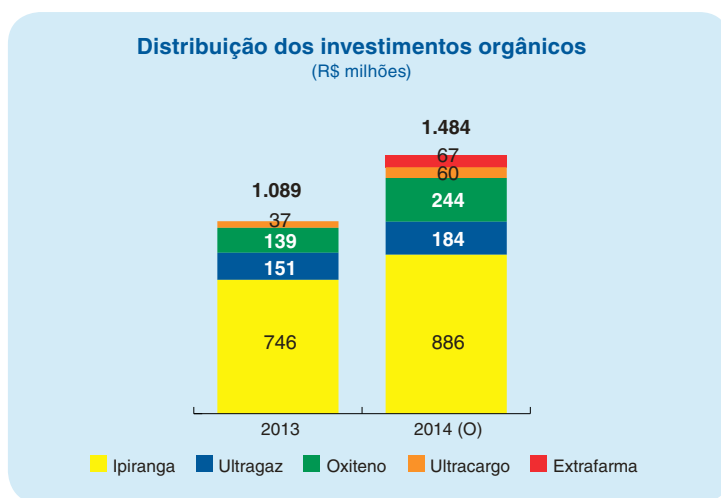
O plano de investimentos da Ultrapar para 2014, excluindo aquisições, totaliza R\$ 1.484 milhões, demonstrando a continuidade de boas oportunidades para crescimento por escala e ganhos de produtividade, assim como a modernização das operações existentes.

Plano de investimentos orgânicos ¹ (R\$ milhões)	2014 (O)
Ipiranga	886
Oxiten	244
Ultracargo	60
Ultragaz	184
Extrafarma	67
Outros	44
Total	1.484

¹ Líquidos de desinvestimentos

Na Ipiranga, planejamos investir (i) R\$ 366 milhões para manter o ritmo de expansão da rede de distribuição (através do embaeiramento de postos bandeira branca e abertura de novos postos) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, (ii) R\$ 121 milhões na ampliação da infraestrutura logística para atender a demanda crescente, através principalmente da construção de novas bases de operação, e (iii) R\$ 400 milhões na manutenção das atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição, reforma de postos e modernização das operações. Do total dos investimentos orçados pela Ipiranga, R\$ 885 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível e R\$ 2 milhões referem-se a financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos. A Oxiten planeja investir R\$ 161 milhões na expansão da sua capacidade produtiva, principalmente na conclusão da expansão em Coatzacoalcos, no México, e na potencial ampliação em Pasadena, nos Estados Unidos. O início de produção da unidade expandida no México está planejado para 2014 e acrescentará 30 mil toneladas/ano de capacidade. Adicionalmente, a Oxiten investirá R\$ 83 milhões na maior produtividade e manutenção de suas unidades produtivas e sistemas de informação.

A Ultracargo investirá principalmente na modernização, adequação e manutenção da infraestrutura dos terminais existentes e na potencial expansão do terminal de Itaquí, cuja entrada em operação está planejada para 2015. Na Ultragaz, os investimentos serão concentrados principalmente (i) na construção de uma base de engarrafamento em São Luis, Maranhão, (ii) no UltraSystem (granel de pequeno porte), em função da perspectiva de captura de novos clientes e (iii) na reposição e aquisição de vasilhames. Na Extrafarma, os investimentos serão direcionados à abertura de cerca de 70 novas lojas, à expansão da infraestrutura e à manutenção de suas atividades.

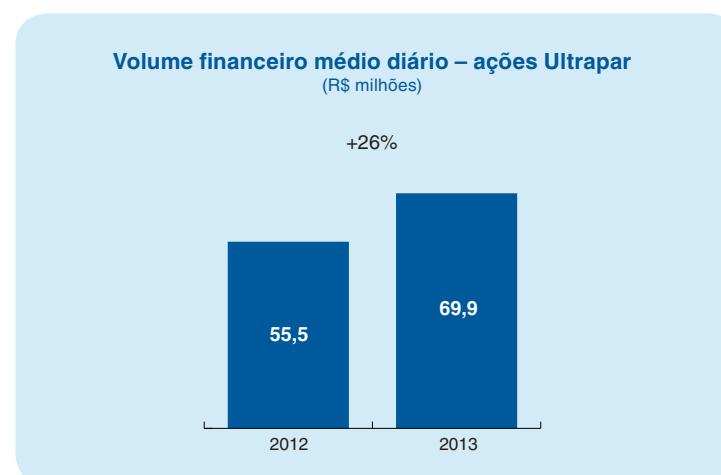
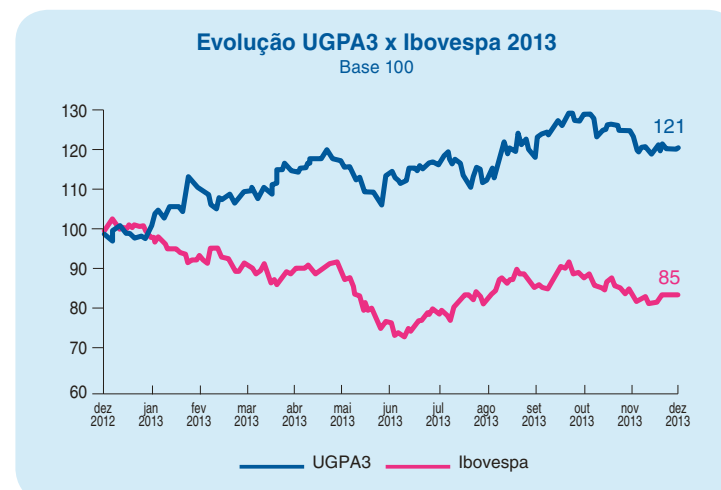


Retorno aos acionistas e mercado de capitais

A Ultrapar encerrou o ano de 2013 com valor de mercado de R\$ 30 bilhões. Na BM&FBOVESPA, as ações da Ultrapar encerraram o exercício de 2013 cotadas a R\$ 55,95, acumulando uma valorização de 21%, enquanto o índice Ibovespa teve desvalorização de 15% e o IBrX teve queda de 3%. Na NYSE os papéis apresentaram valorização de 6%, influenciados pela desvalorização do Real frente ao dólar, enquanto o índice Dow Jones valorizou-se 26%, em decorrência dos sinais de recuperação da economia americana.

O ano de 2013 foi também marcado pelo forte aumento da liquidez de negociação das ações da companhia. O volume financeiro negociado da Ultrapar em 2013 totalizou R\$ 70 milhões/dia, montante 26% acima da média registrada em 2012, consideradas as negociações dos papéis da companhia na BM&FBOVESPA e na NYSE. A partir de maio, as ações da Ultrapar passaram a compor a carteira do Índice Brasil 50 (IBrX-50) da BM&FBOVESPA, índice formado pelas 50 ações com maior índice de negociabilidade da BM&FBOVESPA. A ação da Ultrapar está entre as 10 ações mais representativas da carteira.

Para o ano de 2013, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 744 milhões, aumento de 19% comparado ao ano anterior. Esse montante representa um *dividend yield* de 2,6% sobre o preço médio das ações em 2013.



Relacionamento com Auditores Independentes

As políticas da Ultrapar e de suas controladas na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Ultrapar e suas controladas não contrataram, junto aos seus auditores independentes, trabalhos não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras. O valor total dos honorários aos auditores independentes relacionados aos serviços de auditoria referentes às demonstrações financeiras de 2013 foi de R\$ 3,8 milhões. Em adição, foram incorridos em 2013 honorários de R\$ 1,1 milhão referentes às demonstrações financeiras de propósito específico para fins da aprovação da incorporação de ações da Extrafarma pela Ultrapar.

A Deloitte Touche Tohmatsu iniciou seus serviços de auditoria externa para a Ultrapar em 2012.

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2013

Padrões e critérios aplicados na preparação das informações

As informações financeiras apresentadas na presente discussão de resultados foram preparadas de acordo com as normas IFRS (International Financial Reporting Standards). As informações financeiras referentes à Ultrapar correspondem às informações consolidadas da companhia. As informações financeiras da Ultragaz, Ipiranga, Oxiten e Ultracargo são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Portanto, a soma de tais informações pode não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Adicionalmente, exceto quando indicado, os valores incluídos nesta discussão de resultados são apresentados em milhões de Reais e, portanto, sujeitos a arredondamentos. Como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.

Em 04 de outubro de 2012, a CVM emitiu a Instrução nº 527 ("ICVM 527"), que rege a divulgação pelas companhias abertas de informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as divulgações de resultados a partir do dia 1º de janeiro de 2013.

A partir de 2013, tornou-se obrigatória a adoção das normas IFRS 11 e IAS (International Accounting Standard) 19 na apresentação das demonstrações financeiras das companhias abertas, resultando nas seguintes alterações: (i) resultados provenientes de joint ventures ("JV") deixaram de ser consolidados de maneira proporcional e passaram a ser reconhecidos através do método de equivalência patrimonial e (ii) ganhos e perdas atuariais decorrentes do benefício pós-emprego deixaram de afetar o resultado operacional e passaram a afetar o patrimônio líquido, e os custos dos serviços passados na data da transição foram reconhecidos no patrimônio líquido em lucros acumulados. Para maiores informações, ver nota 2.w das Demonstrações Financeiras.

Com a finalidade de permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras com períodos anteriores à adoção das referidas alterações contábeis, os valores apresentados neste documento referentes a 2012 foram atualizados de acordo com a ICVM 527, o IFRS 11 e o IAS 19. O EBITDA segundo a ICVM 527, o IFRS 11 e o IAS 19 e o lucro líquido segundo o IAS 19 diferem do EBITDA e do lucro líquido anteriormente divulgados pela companhia, conforme demonstrado abaixo:

R\$ milhões	2012
EBITDA antes da ICVM 527	2.401,6
(+) Resultado na venda de bens	3,7
(+) Equivalência patrimonial	0,2
EBITDA após ICVM 527	2.405,4
(-) EBITDA JV	(17,8)
(+) Equivalência patrimonial JV	10,3
(+) Efeitos relacionados ao benefício pós-emprego	13,5
EBITDA após ICVM 527, IFRS 11 e IAS 19	2.411,4

R\$ milhões	2012
Lucro líquido conforme divulgado anteriormente	1.017,9
(+) Efeitos relacionados ao benefício pós-emprego	8,9
Lucro líquido após IAS 19	1.026,8

As informações relativas ao EBIT e EBITDA contidas nesse documento foram preparadas de acordo com a ICVM 527.

O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa (receita) financeira líquida e (iii) da depreciação e amortização, apresentado de acordo com a ICVM 527. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (covenants) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e, conseqüentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R\$ milhões	2013	2012	Δ (%) 2013v2012
Lucro líquido do exercício	1.228,7	1.026,8	20%
(+) Imposto de renda e contribuição social	572,7	421,3	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	337,6	270,3	
(+) Depreciações e amortizações	778,9	693,1	
EBITDA	2.918,0	2.411,4	21%



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

DESEMPENHO COMPARATIVO 2013-2012

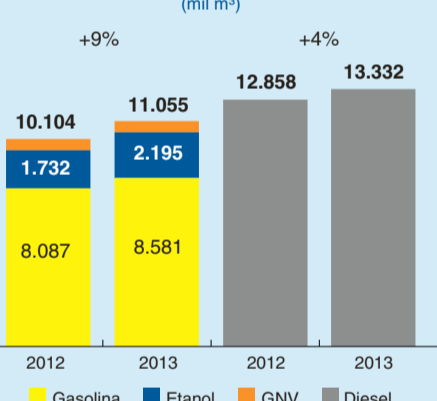
(R\$ milhões)	2013					2012				
	Ultrapar	Ipiranga	Oxiten	Ultracargo	Ultragaz	Ultrapar	Ipiranga	Oxiten	Ultracargo	Ultragaz
Receita líquida de vendas e serviços	60.940	53.384	3.278	332	3.982	53.869	46.829	2.929	294	3.847
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(56.165)	(50.190)	(2.480)	(134)	(3.398)	(49.768)	(44.055)	(2.312)	(117)	(3.313)
Lucro bruto	4.775	3.194	798	198	584	4.101	2.774	616	176	534
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(2.769)	(1.760)	(487)	(94)	(432)	(2.471)	(1.613)	(387)	(75)	(410)
Outros resultados operacionais, líquidos	98	96	(3)	5	(1)	74	81	(1)	4	(0)
Resultado na venda de bens	40	44	0	(0)	(4)	4	12	1	0	(10)
Lucro operacional	2.144	1.575	309	109	147	1.708	1.254	229	105	114
Equivalência patrimonial	(5)	1	0	1	-	10	7	(0)	1	0
EBITDA	2.918	2.030	441	158	281	2.411	1.653	352	143	246
Depreciações e amortizações	779	454	132	47	133	693	391	123	37	131

Volume de vendas

Na Ipiranga, o volume vendido em 2013 apresentou crescimento de 6% sobre 2012, totalizando 24.758 mil metros cúbicos. O volume vendido de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) em 2013 cresceu 9% em relação a 2012, em função do crescimento estimado de 7% da frota de veículos leves e dos fortes investimentos realizados em novos postos e embebeiramentos. O volume de diesel, por sua vez, apresentou crescimento de 4%, em função do crescimento de 7% do volume vendido do segmento revenda, fruto de investimentos para a expansão da rede e, em menor escala, do crescimento da economia. Na Oxiten, o volume vendido de especialidades atingiu 687 mil toneladas em 2013, aumento de 8% em relação ao ano anterior, principalmente devido (i) aos investimentos para a expansão de capacidade de produção ao longo dos últimos anos, (ii) ao crescimento dos segmentos atendidos pela Oxiten no Brasil, em particular cosméticos, detergentes, tintas e vernizes, e (iii) à aquisição da planta de especialidades químicas no Uruguai. O volume vendido total da Oxiten cresceu 2% em 2013, com o forte crescimento das especialidades parcialmente compensado por menores vendas de glicóis no segundo semestre de 2013, levando a uma melhor composição de vendas. A armazenagem média da Ultracargo cresceu 13% em relação a 2012, impulsionada pela aquisição do terminal no porto de Itaquí, em agosto de 2012, e pela maior movimentação nos terminais de Suape, Aratu e Santos, viabilizada pelos investimentos realizados nos últimos anos. O volume vendido pela Ultragaz totalizou 1.696 mil toneladas em 2013, crescimento de 1% sobre 2012, devido ao crescimento de 3% no segmento granel, fruto principalmente dos investimentos realizados para captura de novos clientes, com destaque para os segmentos de condomínios e pequenas e médias empresas.

Ipiranga – Volume de vendas

(mil m³)



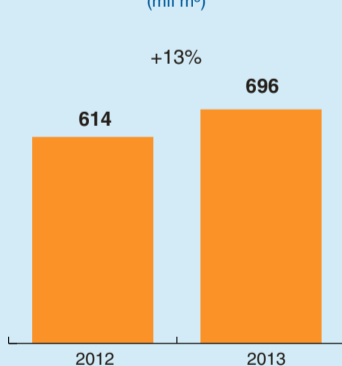
Oxiten – Volume de vendas

(mil ton)



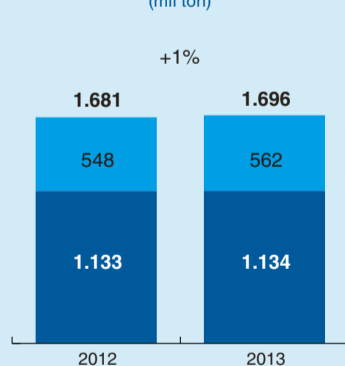
Ultracargo – Armazenagem média

(mil m³)



Ultragaz – Volume de vendas

(mil ton)



Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 4.775 milhões em 2013, aumento de 16% em relação a 2012, em função do crescimento do lucro bruto em todos os negócios.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R\$ 2.769 milhões em 2013, 12% acima de 2012. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ipiranga apresentaram aumento de 9% em relação a 2012, decorrente principalmente (i) do maior volume vendido e de maiores despesas unitárias com frete, fruto dos aumentos do custo de diesel e inflação, (ii) da expansão da rede de distribuição, e (iii) dos efeitos da inflação sobre as despesas com pessoal. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Oxiten aumentaram 26% sobre 2012, em função (i) de maiores despesas com logística, principalmente decorrentes dos aumentos de diesel e do efeito da desvalorização do Real, (ii) do início das operações da companhia no Uruguai e nos Estados Unidos, (iii) da maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, e (iv) dos efeitos da inflação sobre as despesas. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo foram 27% maiores que em 2012, principalmente em função da aquisição do terminal em Itaquí, de maiores despesas com projetos e dos efeitos da inflação sobre as despesas. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz aumentaram 6% sobre 2012, principalmente em função dos efeitos da inflação sobre despesas com pessoal e frete e de maiores despesas com remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, parcialmente compensados pelas iniciativas para redução das despesas implementadas ao longo do ano.

Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2013 uma receita líquida na venda de bens de R\$ 40 milhões, R\$ 37 milhões acima da receita registrada em 2012, devido principalmente à venda de terrenos e de participação em uma base de distribuição da Ipiranga.

EBITDA

O EBITDA consolidado da Ultrapar atingiu R\$ 2.918 milhões em 2013, crescimento de 21% em relação a 2012. A Ipiranga apresentou um EBITDA de R\$ 2.030 milhões em 2013, 23% acima de 2012, principalmente devido (i) aos investimentos na ampliação da rede, resultando em maior volume vendido no segmento revenda (vendas em postos), (ii) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, (iii) às iniciativas para redução da informalidade no mercado de etanol, e (iv) aos efeitos de estoques decorrentes da evolução dos custos do etanol, do diesel e da gasolina, parcialmente compensados por maiores despesas, principalmente com frete. A Oxiten apresentou EBITDA de R\$ 441 milhões, crescimento de 25% sobre 2012, em função (i) do efeito do Real 10% mais depreciado, (ii) de uma composição de vendas mais favorável em 2013, com maior participação de especialidades e (iii) do crescimento de 2% do volume vendido, parcialmente compensados por gastos relacionados ao início das operações da companhia nos Estados Unidos e no Uruguai. A Ultracargo atingiu EBITDA de R\$ 158 milhões em 2013, aumento de 10% em relação ao ano anterior, principalmente em função da aquisição do terminal de Itaquí e da maior armazenagem média. O EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 281 milhões, 14% maior que 2012, principalmente em função das iniciativas comerciais e de redução de custos e despesas implementadas ao longo do ano.

Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2013 foi de R\$ 779 milhões, R\$ 86 milhões ou 12% acima de 2012, em função dos investimentos realizados e das aquisições no porto de Itaquí, pela Ultracargo, e no Uruguai, pela Oxiten.

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 2.144 milhões em 2013, 26% acima de 2012, em função do maior lucro operacional obtido em todos os negócios.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 338 milhões em 2013, R\$ 67 milhões acima de 2012, principalmente em função da maior dívida líquida média e dos efeitos do câmbio ao longo do ano.

Lucro líquido do exercício

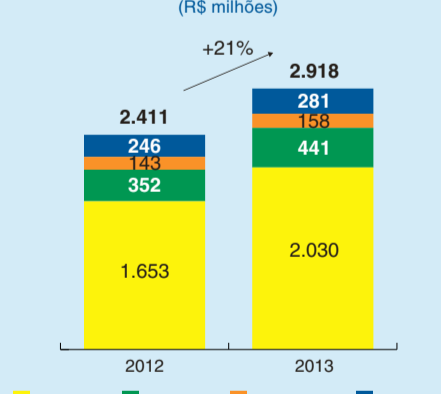
O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2013 atingiu R\$ 1.229 milhões, 20% acima do lucro líquido apresentado em 2012, principalmente em função do crescimento do EBITDA entre os períodos.

Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2013 com uma dívida bruta de R\$ 6.970 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 3.426 milhões, aumento de R\$ 342 milhões em relação a 2012, principalmente em função de investimentos na expansão e manutenção em todos os negócios e dividendos pagos ao longo dos últimos 12 meses. O endividamento líquido ao final de 2013 corresponde a 1,2x EBITDA dos últimos 12 meses, redução em relação ao índice de 1,3x EBITDA ao final de 2012, fruto do crescimento de resultados de todos os negócios.

EBITDA

(R\$ milhões)



Endividamento líquido

(R\$ milhões)



Receita líquida de vendas e serviços

A Ultrapar apresentou em 2013 uma receita líquida de vendas e serviços de R\$ 60.940 milhões, crescimento de 13% em relação a 2012. Na mesma comparação, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 14%, fruto (i) do maior volume vendido, (ii) dos aumentos dos custos do diesel, da gasolina e do etanol e (iii) da melhor composição de vendas, decorrente dos investimentos em expansão da rede de postos, permitindo maior participação do ciclo Otto e diesel segmento revenda (vendas em postos). A Oxiten apresentou crescimento de 12% na receita líquida, principalmente em função do Real 10% mais depreciado e do volume vendido 2% maior. A receita líquida da Ultracargo totalizou R\$ 332 milhões, 13% acima de 2012, principalmente em função da maior armazenagem média. A receita líquida da Ultragaz foi de R\$ 3.982 milhões em 2013, 4% superior a 2012, principalmente em função do maior volume vendido no segmento de GLP a granel.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 56.165 milhões em 2013, aumento de 13% em relação a 2012. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga foi 14% superior ao de 2012, em função principalmente do maior volume vendido, dos aumentos promovidos pela Petrobras nos custos (i) do diesel, em janeiro, março e novembro de 2013 e (ii) da gasolina, em janeiro e novembro de 2013, e do aumento nos custos do etanol. O custo dos produtos vendidos da Oxiten apresentou aumento de 7% em relação a 2012, em função do Real 10% mais depreciado e do volume vendido 2% maior, efeitos parcialmente compensados pela redução de 5% no custo variável unitário em dólar. O custo dos produtos prestados pela Ultracargo apresentou aumento de 14% sobre o de 2012, em razão da maior armazenagem média e da maior depreciação, resultante das expansões de capacidade e da aquisição do terminal em Itaquí em agosto de 2012. O custo dos produtos vendidos da Ultragaz foi 3% superior ao de 2012, em função do maior volume vendido, dos efeitos da inflação sobre os custos e de maior requalificação de botijões, parcialmente compensados pelas iniciativas para redução de custos implementadas ao longo do ano.

PERSPECTIVAS

A Ultrapar deverá continuar colhendo os benefícios dos investimentos na expansão de seus negócios, além das iniciativas para diferenciação e aproximação do consumidor.

Na Ipiranga, os fortes e consistentes investimentos na ampliação da rede de postos e infraestrutura logística relacionada, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, continuarão a potencializar os benefícios do crescimento da frota de veículos no Brasil e da redução da informalidade. Além disso, a empresa seguirá com suas ações de diferenciação, baseada na ampliação da oferta de produtos, serviços e conveniência, aumentando a base de consumidores cada vez mais satisfeitos e fiéis.

Na Ultragaz, os benefícios propiciados pelos investimentos recentes em novos clientes e o foco contínuo na gestão de custos e despesas contribuirão para a continuidade de seu crescimento.

A Oxiten manterá o foco em inovação, com desenvolvimento de novos produtos, e deverá atuar para maximizar os benefícios da maturação dos investimentos para a expansão da capacidade produtiva das unidades no Brasil, com um cenário cambial mais favorável. Adicionalmente, a empresa seguirá na consolidação de seu plano de expansão internacional.

A Ultracargo, por sua vez, continuará focada nos benefícios possibilitados pelo crescimento dos terminais já operados, e seguirá atenta às oportunidades de negócios geradas pela crescente demanda por armazenagem de graneis líquidos no Brasil, o que inclui avaliar expansões e participar das licitações esperadas em 2014.

Em 2014, a Ultrapar irá incorporar às suas atividades a rede de farmácias Extrafarma, com foco na integração do novo negócio e no detalhamento do plano de expansão acelerada, que deverá se desenvolver com maior intensidade a partir de 2015.





Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 e Pareceres.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 1 DE JANEIRO DE 2012

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	110.278	76.981	178.672	2.276.069	2.021.114	1.765.506
Aplicações financeiras	4	264	216	52.902	1.149.132	961.184	819.344
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	-	2.321.537	2.306.521	2.023.405
Estoques, líquido	6	-	-	-	1.592.513	1.290.694	1.303.495
Impostos a recuperar, líquido	7	27.067	63.266	48.706	479.975	477.959	466.518
Dividendos a receber		296.918	57.014	73.526	177	1.292	-
Demais contas a receber		1.349	314	1.971	19.361	20.463	20.248
Despesas antecipadas, líquidas	10	1.907	-	-	65.177	53.811	39.913
Total do ativo circulante		437.783	197.791	355.777	7.903.941	7.133.038	6.438.429
Não circulante							
Aplicações financeiras	4	-	-	-	118.499	149.530	74.437
Contas a receber de clientes, líquidas	5	-	-	-	124.478	137.359	117.716
Sociedades relacionadas	8.a	772.194	781.312	779.531	10.858	10.858	10.144
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	395	43	690	376.132	469.331	510.965
Impostos a recuperar, líquido	7	21.464	25.999	39.906	37.365	49.070	81.395
Depósitos judiciais	23	148	232	232	614.912	533.729	469.185
Demais contas a receber		-	-	-	6.634	10.978	1.312
Despesas antecipadas, líquidas	10	-	-	-	97.805	79.652	67.869
		794.201	807.586	820.359	1.386.683	1.440.507	1.333.023
Total do ativo não circulante		7.613.091	7.044.587	6.702.859	16.378.545	15.249.554	13.697.701
Total do ativo		7.613.091	7.044.587	6.702.859	16.378.545	15.249.554	13.697.701

PASSIVO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante							
Financiamentos	14	-	-	-	1.767.824	1.573.031	1.300.284
Debêntures	14.g	53.287	50.412	1.002.451	60.377	52.950	1.002.451
Arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	-	1.788	1.974	2.222
Fornecedores	15	1.133	177	54	968.950	1.297.735	1.066.786
Salários e encargos sociais	16	141	138	128	297.654	252.526	267.220
Obrigações tributárias	17	24	3.059	2.361	116.322	107.673	109.208
Dividendos propostos a pagar	20.g	237.938	213.992	156.076	242.207	222.351	163.791
Imposto de renda e contribuição social a pagar		559	-	-	113.922	75.235	36.151
Benefícios pós-emprego	24.b	-	-	-	11.922	10.035	11.718
Provisão para retirada de tanques	18	-	-	-	3.449	3.719	7.251
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	-	-	-	69.306	49.514	40.986
Demais contas a pagar		320	214	214	93.040	56.453	55.368
Receita diferida	19	-	-	-	17.731	18.054	19.731
Total do passivo circulante		293.402	267.992	1.161.284	3.764.492	3.721.250	4.083.167
Não circulante							
Financiamentos	14	-	-	-	3.697.999	3.151.689	3.195.706
Debêntures	14.g	799.197	795.479	-	1.399.035	1.395.269	-
Arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	-	42.603	40.939	41.431
Sociedades relacionadas	8.a	-	-	-	3.872	3.872	3.971
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	-	101.499	84.924	37.438
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	531	519	1.047	569.714	550.963	512.215
Benefícios pós-emprego	24.b	-	-	-	99.374	118.460	97.478
Provisão para retirada de tanques	18	-	-	-	66.212	66.692	60.253
Demais contas a pagar		-	-	-	77.725	99.565	90.625
Receita diferida	19	-	-	-	9.134	9.853	8.724
Total do passivo não circulante		799.728	795.998	1.047	6.067.167	5.522.226	4.047.841
Patrimônio líquido							
Capital social	20.a	3.696.773	3.696.773	3.696.773	3.696.773	3.696.773	3.696.773
Reserva de capital	20.c	20.246	20.246	9.780	20.246	20.246	9.780
Reserva de reavaliação	20.d	6.107	6.107	7.075	6.107	6.713	7.075
Reservas de lucros	20.e	2.706.632	2.224.549	1.831.757	2.706.632	2.224.549	1.831.757
Ações em tesouraria	20.b	(114.885)	(114.885)	(118.234)	(114.885)	(114.885)	(118.234)
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	20.g	161.584	147.195	122.239	161.584	147.195	122.239
Ajustes de avaliação patrimonial	2.c, 2.o e 20.f	5.428	(12.615)	(4.436)	5.428	(12.615)	(4.436)
Ajustes acumulados de conversão	2.r e 20.f	38.076	12.621	(4.426)	38.076	12.621	(4.426)
Patrimônio líquido atribuível a:							
Acionistas da Ultrapar		6.519.961	5.980.597	5.540.528	6.519.961	5.980.597	5.540.528
Acionistas não controladores de controladas		-	-	-	26.925	25.481	26.165
Total do patrimônio líquido		6.519.961	5.980.597	5.540.528	6.546.886	6.006.078	5.566.693
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.613.091	7.044.587	6.702.859	16.378.545	15.249.554	13.697.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Receita líquida de vendas e serviços	25	-	-	60.940.246	53.868.926
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	-	-	(56.165.382)	(49.768.137)
Lucro bruto		-	-	4.774.864	4.100.789
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	26	-	-	(1.756.376)	(1.579.589)
Gerais e administrativas	26	(1.163)	(879)	(1.012.316)	(891.100)
Resultado na venda de bens	28	5	-	40.280	3.656
Outros resultados operacionais, líquidos	27	1.254	852	97.581	74.134
Lucro operacional		96	(27)	2.144.033	1.707.890
Receitas financeiras	29	120.245	109.211	240.562	208.155
Despesas financeiras	29	(86.296)	(94.672)	(578.167)	(478.478)
Equivalência patrimonial	11	1.262.503	1.032.119	(4.993)	(10.480)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		1.296.548	1.046.631	1.801.435	1.448.047
Contribuição social e imposto de renda					
Corrente	9.b	(71.757)	(26.071)	(534.481)	(356.330)
Diferido	9.b	352	(647)	(90.996)	(108.384)
Incentivos fiscais	9.b e 9.c	-	-	52.755	43.442
Lucro líquido do exercício		1.225.143	1.019.913	1.228.713	1.026.775
Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício) - R\$					
Básico	30	2,2938	1,9100	2,2938	1,9100
Diluído	30	2,2840	1,9022	2,2840	1,9022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.225.143	1.019.913	1.225.143	1.019.913
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	3.570	6.862
Lucro líquido do exercício		1.225.143	1.019.913	1.228.713	1.026.775
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	2.c e 20.f	(18)	(170)	(18)	(170)
Ajustes acumulados de conversão	2.r e 20.f	25.455	17.047	25.455	17.047
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ganhos (perdas) atuariais de benefício pós-emprego	2.o e 20.f	18.061	(8.009)	18.063	(8.026)
Resultado abrangente do exercício		1.268.641	1.028.781	1.272.213	1.035.626
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.268.641	1.028.781	1.268.641	1.028.781
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	3.572	6.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
					Legal	investimentos	para retenção de lucros						Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		3.696.773	9.780	7.075	223.292	281.309	1.333.066	193	(4.426)	(5.910)	(118.234)	122.239	5.551.067	26.169	5.577.236
Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	2.w	-	-	-	-	-	-	(4.629)	-	-	-	-	(10.539)	(4)	(10.543)
Transferência dos efeitos da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados		-	-	-	-	(5.910)	-	-	5.910	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1 de janeiro de 2012		3.696.773	9.780	7.075	223.292	275.399	1.333.066	(4.436)	(4.426)	-	(118.234)	122.239	5.540.528	26.165	5.566.693
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.019.913	-	-	1,019.913	6,862	1,026,775
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c e 20.f	-	-	-	-	-	-	(170)	-	-	-	-	(170)	-	(170)
Perda atuarial em benefícios pós-emprego, líquida de imposto de renda e contribuição social	2.o e 20.f	-	-	-	-	-	-	(8.009)	-	-	-	-	(8.009)	(17)	(8.026)
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	2.r e 20.f	-	-	-	-	-	-	17.047	-	-	-	-	17.047	-	17.047
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	(8.179)	17.047	1,019,913	-	-	1,028,781	6,845	1,035,626
Venda de ações em tesouraria		-	10.466	-	-	-	-	-	-	-	3.349	-	13.815	-	13.815
Realização da reserva de reavaliação	20.d	-	-	(362)	-	-	-	-	-	362	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	20.d	-	-	-	-	-	-	-	(59)	-	-	-	(59)	-	(59)
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	303	-	-	(303)	-	-	-	-	-
Aprovação dos dividendos adicionais em Assembleia Geral Ordinária	20.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(122.239)	(122.239)	-	(122.239)
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.640)	(2.640)
Redução de participação minoritária de controladas		-	-	-											



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		1.225.143	1.019.913	1.228.713	1.026.775
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial	11	(1.262.503)	(1.032.119)	4.993	(10.480)
Depreciações e amortizações	12 e 13	-	-	778.937	693.079
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	12 e 13	-	-	12.368	11.558
Despesas com retirada de tanques	18	-	-	(5.435)	(2.477)
Juros, variações monetárias e cambiais		(2.852)	14.115	612.095	615.499
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(352)	647	90.996	108.384
Resultado na venda de bens	28	(5)	-	(40.280)	(3.656)
Outros		-	-	(172)	418
Dividendos recebidos de controladas		374.061	694.953	4.319	10.789
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(8.357)	(247.845)
Estoques	6	-	-	(298.930)	48.503
Impostos a recuperar	7	36.199	(14.560)	(2.016)	(4.540)
Demais contas a receber		(1.035)	1.657	1.102	1.319
Despesas antecipadas	10	(1.907)	-	(11.366)	(10.618)
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Fornecedores	15	956	123	(328.785)	198.312
Salários e encargos sociais	16	3	10	45.128	(18.426)
Obrigações tributárias	17	(3.035)	698	8.649	(2.469)
Imposto de renda e contribuição social		939	-	350.813	208.153
Benefícios pós-emprego	24.b	-	-	1.887	(1.683)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	-	-	19.792	8.528
Demais contas a pagar		106	-	36.587	(219)
Receita diferida	19	-	-	(323)	(1.677)
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	5	-	-	13.031	(19.644)
Impostos a recuperar	7	4.535	13.907	11.705	32.326
Depósitos judiciais		84	-	(81.183)	(64.544)
Demais contas a receber		-	-	2.221	(9.665)
Despesas antecipadas	10	-	-	(18.153)	1.523
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	24.b	-	-	8.283	8.823
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23.a	12	(528)	18.751	38.614
Demais contas a pagar		-	-	(21.839)	(3.060)
Receita diferida	19	-	-	(719)	1.129
Imposto de renda e contribuição social pagos		(380)	-	(312.126)	(169.069)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		369.969	698.816	2.120.686	2.443.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações financeiras, líquidas de resgates		(48)	52.686	(156.917)	(216.907)
Aquisição de investimentos, líquido	3.a e 3.b	-	-	(6.033)	(168.668)
Caixa e equivalentes de caixa de controladas adquiridas		-	-	-	8.915
Aplicações financeiras de controladas adquiridas		-	-	-	3.426
Aquisição de imobilizado	12	-	-	(661.215)	(754.010)
Aquisição de intangível	13	-	-	(542.936)	(594.770)
Aporte de capital em controlada	11.a	(350.000)	(150.000)	-	-
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	11.b	-	-	(24.945)	(4.055)
Redução de capital em coligada	11.c	-	-	1.500	-
Redução de capital em controlada	11.a	700.000	-	-	-
Caixa de empreendimento controlado em conjunto incorporado	11.b	-	-	-	95.004
Receita com a venda de bens	27	5	-	102.646	66.065
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		349.957	(97.314)	(1.287.900)	(1.565.000)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Financiamentos e debêntures					
Captação	14	-	793.485	1.446.024	2.753.781
Amortização	14	-	(1.000.000)	(760.626)	(2.437.803)
Juros pagos	14	(66.665)	(44.136)	(548.497)	(331.792)
Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	14.i	-	-	(4.348)	(4.611)
Dividendos pagos		(705.192)	(544.553)	(711.410)	(548.541)
Redução de participação minoritária de controladas		-	-	-	(2.896)
Pagamento mútuo Noble Brasil S.A.	3.b	-	-	-	(49.982)
Venda de ações em tesouraria		-	13.815	-	-
Sociedades relacionadas		85.228	78.196	-	(813)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos		(686.629)	(703.193)	(578.857)	(622.657)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira					
		-	-	1.026	(395)
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		33.297	(101.691)	254.955	255.608
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	76.981	178.672	2.021.114	1.765.506
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	110.278	76.981	2.276.069	2.021.114
Informações adicionais:					
Dívida de controladas adquiridas	3.a e 3.b	-	-	-	136.256

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado					
		2013	%	2012	%	2013	%	2012	%
Receitas									
Receita bruta de vendas e serviços, exceto alugueis e royalties	25	-	-	-	-	62.516.481	-	55.363.302	-
Abatimentos, descontos e devoluções	25	-	-	-	-	(267.714)	-	(261.085)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)		-	-	-	-	(8.758)	-	(1.765)	-
Resultado na venda de bens	28	5	-	-	-	40.280	-	3.656	-
		5	-	-	-	62.280.289	-	55.104.108	-
Insumos adquiridos de terceiros									
Matérias-primas consumidas		-	-	-	-	(2.931.335)	-	(2.764.818)	-
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-	-	-	-	(53.018.066)	-	(46.809.490)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.022)	-	(4.521)	-	(1.608.325)	-	(1.472.006)	-
Recuperação (perda) de valores de ativos		10.899	-	9.244	-	14.184	-	2.233	-
		4.877	-	4.723	-	(57.543.542)	-	(51.044.081)	-
Valor adicionado bruto		4.882	-	4.723	-	4.736.747	-	4.060.027	-
Retenções									
Depreciações e amortizações		-	-	-	-	(778.937)	-	(693.079)	-
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação		-	-	-	-	(12.368)	-	(11.558)	-
		-	-	-	-	(791.305)	-	(704.637)	-
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		4.882	-	4.723	-	3.945.442	-	3.355.390	-
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	11	1.262.503	-	1.032.119	-	(4.993)	-	10.480	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio de investimentos a custo		22	-	27	-	-	-	-	-
Alugueis e royalties	25	-	-	-	-	84.552	-	71.559	-
Receitas financeiras	29	120.245	-	109.211	-	240.562	-	208.155	-
		1.382.770	-	1.141.357	-	320.121	-	290.194	-
Valor adicionado total a distribuir		1.387.652	-	1.146.080	-	4.265.563	-	3.645.584	-
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		4.064	-	4.016	-	1.220.388	29	1.069.559	29
Impostos, taxas e contribuições		84.832	6	27.687	2	1.185.211	28	1.004.142	28
Despesas financeiras e alugueis		73.613	5	94.464	8	631.251	15	545.108	15
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos		743.527	54	627.424	56	745.457	17	629.417	17
Lucros retidos		481.616	35	392.489	34	483.256	11	397.358	11
Valor adicionado distribuído		1.387.652	100	1.146.080	100	4.265.563	100	3.645.584	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1343 em São Paulo – SP. A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga"), na produção e comercialização de produtos químicos ("Oxiten") e na prestação de serviços de armazenagem de graneis líquidos ("Ultragaz"). A Sociedade também atua na atividade de refino de petróleo, por meio de participação compartilhada na Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("RPR"). Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ("Extrafarma"), que opera rede de drogarias no Brasil através da marca Extrafarma, com objetivo de atuar no segmento de atacado e varejo farmacêutico. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 31 – Evento subsequente). Para maiores detalhes desta operação, vide Fato Relevante de 30 de setembro de 2013, Fato Relevante de 19 de dezembro de 2013 e Comunicado ao Mercado de 31 de janeiro de 2014.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas de acordo com o BR GAAP. Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que para fins de IFRS seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Sociedade. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável. As receitas de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. As receitas de serviços prestados e os respectivos custos são reconhecidos no resultado em função da sua realização. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis/lubrificantes e GLP), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa - Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Instrumentos financeiros - Conforme o *International Accounting Standards* ("IAS") 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos e passivos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.

Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações

cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

• **Empréstimos e recebíveis:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

• **Hedge** de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade.

• **Contabilidade de proteção (hedge accounting)** - *hedge* de valor justo: no momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado ao valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.

• **Contabilidade de proteção (hedge accounting)** - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parte do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior. Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide notas explicativas nº 4, 14 e 22.

d. Contas a receber - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade e de suas controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide nota explicativa nº 22 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques - Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui provisões, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Sociedade e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial.

f. Investimentos - As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em sociedades coligadas em que a administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que estejam sob controle compartilhado, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11). Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

para retirada por desativação ou restauração (vide nota explicativa nº 18). As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil - • Arrendamento mercantil financeiro - Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo à Sociedade e suas controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

• Arrendamento mercantil operacional - São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 23.g).

i. Intangível - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

• Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa ("UGC") para fins de teste de recuperabilidade.

• Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.

• Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e da marca "am/pm", a Sociedade e suas controladas não possuem contabilizados ativos intangíveis com vida útil indefinida.

j. Demais ativos - Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

k. Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e custos de transação, líquidos das amortizações. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j). Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas efetivas, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

m. Provisão para retirada de tanques - Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 18). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor.

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - As provisões tributárias, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d).

o. Compromisso atuarial com benefícios pós-emprego - Os compromissos atuariais com benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 24.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos - Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, e variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira - As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior - Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da Sociedade (moeda Reais) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em resultados abrangentes e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 38.076 de ganho cambial (R\$ 12.621 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 4.426 de perda cambial em 1 de janeiro de 2012). As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

Controlada	Moeda funcional	País
Oxiteno México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiteno USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiteno Andina, C.A.	Bolívar	Venezuela
Oxiteno Uruguay S.A.	Dólar norte-americano	Uruguai

Conforme IAS 29, a Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiteno Andina, C.A. ("Oxiteno Andina") estão sendo atualizadas conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela. A controlada Oxiteno Uruguay S.A. ("Oxiteno Uruguay") determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano, considerando que suas vendas e compras de mercadorias, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda. Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2013 totalizou R\$ 4.845 (ganho de R\$ 2.347 em 2012).

s. Uso de estimativas, premissas e julgamentos - Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e suas controladas utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 4, 14 e 22), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 5 e 22), determinação da provisão para perda em estoques (nota explicativa nº 6), determinação dos valores de imposto de renda diferido (nota explicativa nº 9), vida útil do ativo imobilizado (nota explicativa nº 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 13), provisão para retirada de tanques (nota explicativa nº 18), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 23 itens a, b, c, d) e estimativas para elaboração de laudo atuarial (nota explicativa nº 24.b). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. Redução ao valor recuperável de ativos - A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso. O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condições de venda, despesas legais e tributos. Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecoverabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável nos períodos apresentados (vide nota explicativa nº 13.i).

u. Ajuste a valor presente - Algumas controladas contabilizaram o ajuste a valor presente sobre os saldos de crédito de imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") do ativo imobilizado (CIAP). Por se tratar de uma recuperação de longo prazo que ocorre na fração de 1/48 avos mensais, o ajuste a valor presente reflete, nas demonstrações financeiras, o valor no tempo da recuperação dos créditos desse ICMS. O saldo desse ajuste a valor presente totalizava R\$ 354 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 747 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 3.007 em 1 de janeiro de 2012). A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante, e não identificaram a aplicabilidade do ajuste a valor presente nas demais operações.

v. Demonstrações de valor adicionado - Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

w. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS - Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 1 de janeiro de 2013 e alteraram as demonstrações financeiras anteriormente divulgadas pela Sociedade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

(1) adoção do IFRS 11 (CPC 19 (R2)) – "Negócios em conjunto": os investimentos na RPR, Maxfácil Participações S.A. ("Maxfácil"), União Vopak Armazéns Gerais Ltda. ("União Vopak") e ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") deixaram de ser consolidados proporcionalmente à participação da Sociedade e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) alteração ao IAS 19 Revisado (CPC 33(R2)) – "Benefícios a empregados": os ganhos e perdas atuariais deixaram de ser reconhecidos no resultado e passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Os custos dos serviços passados na data da transição foram reconhecidos no patrimônio líquido em lucros acumulados. A partir da adoção inicial do IAS 19 revisado, os custos dos serviços passados serão reconhecidos no resultado quando apurados.

Nas tabelas abaixo são demonstrados os efeitos da adoção dessas normas nos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012 e na demonstração de resultado e demonstração dos fluxos de caixa consolidados de 31 de dezembro de 2012:

Balanco patrimonial

	31/12/2012 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	31/12/2012 reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.050.051	(28.937)	-	2.021.114
Aplicações financeiras	962.136	(952)	-	961.184
Contas a receber de clientes, líquidas	2.306.798	(277)	-	2.306.521
Estoques, líquido	1.299.807	(9.113)	-	1.290.694
Impostos a recuperar, líquido	483.201	(5.242)	-	477.959
Dividendos a receber	-	1.292	-	1.292
Demais contas a receber	20.541	(78)	-	20.463
Despesas antecipadas, líquidas	54.036	(225)	-	53.811
Total do ativo circulante	7.176.570	(43.532)	-	7.133.038
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.190	(834)	4.975	469.331
Depósitos judiciais	534.009	(280)	-	533.729
Despesas antecipadas, líquidas	80.856	(1.204)	-	79.652
Investimentos - empreendimentos controlados em conjunto	-	28.209	-	28.209
Imobilizado, líquido	4.701.406	(34.386)	-	4.667.020
Intangível, líquido	1.968.615	(3.319)	-	1.965.296
Outros ativos não circulante	373.279	-	-	373.279
Total do ativo não circulante	8.123.355	(11.814)	4.975	8.116.516
Total do ativo	15.299.925	(55.346)	4.975	15.249.554
Passivo circulante				
Financiamentos	1.573.463	(432)	-	1.573.031
Debêntures	65.663	(12.713)	-	52.950
Fornecedores	1.312.268	(14.533)	-	1.297.735
Salários e encargos	254.566	(2.040)	-	252.526
Obrigações tributárias	107.822	(149)	-	107.673
Dividendos propostos a pagar	222.370	(19)	-	222.351
Imposto de renda e contribuição social a pagar	75.363	(128)	-	75.235
Benefícios pós-emprego	11.624	(1.589)	-	10.035
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	50.052	(538)	-	49.514
Demais contas a pagar	52.514	3.939	-	56.453
Outros passivos circulante	23.747	-	-	23.747
Total do passivo circulante	3.749.452	(28.202)	-	3.721.250
Passivo não circulante				
Financiamentos	3.153.096	(1.407)	-	3.151.689
Debêntures	1.403.571	(8.302)	-	1.395.269
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	551.606	(643)	-	550.963
Benefícios pós-emprego	120.619	(16.792)	14.633	118.460
Outros passivos não circulante	305.845	-	-	305.845
Total do passivo não circulante	5.534.737	(27.144)	14.633	5.522.226
Total do patrimônio líquido	6.015.736	-	(9.658)	6.006.078
Total do passivo e do patrimônio líquido	15.299.925	(55.346)	4.975	15.249.554

	31/12/2011 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	01/01/2012 reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.790.954	(25.448)	-	1.765.506
Aplicações financeiras	916.936	(97.592)	-	819.344
Contas a receber de clientes, líquidas	2.026.417	(3.012)	-	2.023.405
Estoques, líquido	1.310.132	(6.637)	-	1.303.495
Impostos a recuperar, líquido	470.511	(3.993)	-	466.518
Demais contas a receber	20.323	(75)	-	20.248
Despesas antecipadas, líquidas	40.221	(308)	-	39.913
Total do ativo circulante	6.575.494	(137.065)	-	6.438.429
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	510.135	(4.601)	5.431	510.965
Depósitos judiciais	469.381	(196)	-	469.185
Despesas antecipadas, líquidas	69.198	(1.329)	-	67.869
Investimentos - empreendimentos controlados em conjunto	-	120.803	-	120.803
Imobilizado, líquido	4.278.931	(28.007)	-	4.250.924
Intangível, líquido	1.539.177	(45)	-	1.539.132
Outros ativos não circulante	300.423	(29)	-	300.394
Total do ativo não circulante	7.167.245	86.596	5.431	7.259.272
Total do ativo	13.742.739	(50.469)	5.431	13.697.701
Passivo circulante				
Financiamentos	1.300.326	(42)	-	1.300.284
Fornecedores	1.075.103	(8.317)	-	1.066.786
Salários e encargos	268.345	(1.125)	-	267.220
Obrigações tributárias	109.653	(445)	-	109.208
Dividendos propostos a pagar	163.802	(11)	-	163.791
Imposto de renda e contribuição social a pagar	38.620	(2.469)	-	36.151
Benefícios pós-emprego	13.282	(1.564)	-	11.718
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	41.347	(361)	-	40.986
Demais contas a pagar	55.643	(275)	-	55.368
Outros passivos circulante	1.031.655	-	-	1.031.655
Total do passivo circulante	4.097.776	(14.609)	-	4.083.167
Passivo não circulante				
Financiamentos	3.196.102	(396)	-	3.195.706
Debêntures	19.102	(19.102)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.980	(542)	-	37.438
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	512.788	(573)	-	512.215
Benefícios pós-emprego	96.751	(15.247)	15.974	97.478
Outros passivos não circulante	205.004	-	-	205.004
Total do passivo não circulante	4.067.727	(35.860)	15.974	4.047.841
Total do patrimônio líquido	5.577.236	-	(10.543)	5.566.693
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.742.739	(50.469)	5.431	13.697.701

	31/12/2011 divulgado	Efeitos do IFRS 11	Efeitos do IAS 19 (R2011)	01/01/2012 reapresentado
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.790.954	(25.448)	-	1.765.506
Aplicações financeiras	916.936	(97.592)	-	819.344
Contas a receber de clientes, líquidas	2.026.417	(3.012)	-	2.023.405
Estoques, líquido	1.310.132	(6.637)	-	1.303.495
Impostos a recuperar, líquido	470.511	(3.993)	-	466.518
Demais contas a receber	20.323	(75)	-	20.248
Despesas antecipadas, líquidas	40.221	(308)	-	39.913
Total do ativo circulante	6.575.494	(137.065)	-	6.438.429
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	510.135	(4.601)	5.431	510.965
Depósitos judiciais	469.381	(196)	-	469.185
Despesas antecipadas, líquidas	69.198	(1.329)	-	67.869
Investimentos - empreendimentos controlados em conjunto	-	120.803	-	120.803
Imobilizado, líquido	4.278.931	(28.007)	-	4.250.924
Intangível, líquido	1.539.177	(45)	-	1.539.132
Outros ativos não circulante	300.423	(29)	-	300.394
Total do ativo não circulante	7.167.245	86.596	5.431	7.259.



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Divulgações de participações em outras entidades - IFRS 12 e orientações de transição (equivalente ao CPC 45): expande os requerimentos de divulgação de investimentos em entidades nos quais a Sociedade possui influência significativa.
- Alterações ao IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (equivalente ao CPC 35 R2): requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas foram substituídos pelo IFRS 10. Os requerimentos para demonstrações contábeis separadas foram mantidos por este IAS.
- Alterações ao IAS 28 - Investimentos em coligadas e controladas (equivalente ao CPC 18 R2): revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12.
- Mensuração ao valor justo - IFRS 13 (equivalente ao CPC 46): substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo em um único pronunciamento. O IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o seu valor e os requerimentos de divulgação. Este IFRS não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo.
- Alterações ao IAS 1 - Apresentação de outros resultados abrangentes (equivalente ao CPC 26 R1 após documento de Revisão CPC 03): requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que serão e os que não serão posteriormente reclassificados para o resultado.
- Alterações ao IFRS 7 - Divulgações - compensação de ativos e passivos financeiros (equivalente ao CPC 40 R1 após documento de Revisão CPC 03): requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entram em vigor em 31 de dezembro de 2013:

- Alterações ao IAS 32 - Apresentação de instrumentos financeiros: fornece esclarecimentos sobre as regras para compensação de ativos e passivos financeiros. 2014
- Instrumentos financeiros - IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. 2015

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IAS/IFRS, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

x. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras - A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 19 de fevereiro de 2014.

3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas e as receitas e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	% de participação no capital social					
		31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
		Controlado	Indireto	Controlado	Indireto	Controlado	Indireto
Ultragargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	100	-	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Brasil	-	99	-	99	-	99
Temmar - Terminal Marítimo do Maranhão S.A.	Brasil	-	-	-	100	-	-
Melamina Ultra S.A. Indústria Química	Brasil	-	-	-	99	-	99
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	100	-	100	-	100	-
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	-	99	-	99	-	99
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	-	100	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Uruguay S.A.	Uruguai	-	100	-	100	-	-
Barrington S.L.	Espanha	-	100	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	-	100	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	-	100	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Overseas Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Andina, C.A.	Venezuela	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S	Colômbia	-	100	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai Trading LTD.	China	-	100	-	100	-	-
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	100	-	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Conveniências Ipiranga Norte Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	-	100	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Isa-Sul Administração e Participações Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	-	99	-	99	-	99
Distribuidora de Gás LP Azul S.A.	Brasil	-	-	-	-	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	-	57	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	-	100	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	-	100	-	100	-	100
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	-	100	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Em maio de 2012, a controlada Oxiteno Shanghai Trading LTD. foi constituída e tem como atividade principal a representação comercial. Em junho de 2012, a empresa T.T.S.S.P.E. Empreendimentos e Participações foi constituída com objetivo de segregar parte da atividade de produção e venda de catalisadores para posterior alienação, que ocorreu em julho de 2012. Em julho de 2012, a controlada Terminal Químico de Aratu S.A. ("Tequimar"), concluiu a aquisição de 100% das ações do Temmar - Terminal Marítimo do Maranhão S.A. ("Temmar") (vide nota explicativa nº 3.b). Em novembro de 2012, a controlada Oxiteno S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno S.A."), adquiriu a totalidade das ações da American Chemical I.C.S.A., atual Oxiteno Uruguay (vide nota explicativa nº 3.a). Em dezembro de 2012, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Distribuidora de Gás LP Azul S.A. foi incorporada pela controladora Companhia Ultragaz S.A. ("Cia. Ultragaz"). Em junho de 2013, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Melamina Ultra S.A. Indústria Química foi incorporada pela controladora Ultragargo - Operações Logísticas e Participações Ltda. ("Ultragargo Participações"). Em dezembro de 2013, visando a simplificação da estrutura societária, a controlada Temmar foi incorporada pela controladora Tequimar. A Sociedade e suas controladas mantêm participação compartilhada nas seguintes empresas, nas quais os estatutos sociais estabelecem o controle conjunto. Essas *joint ventures* são reconhecidas na Sociedade e em suas controladas utilizando-se o método da equivalência patrimonial, conforme requerido pelo IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - vide nota explicativa nº 11.b).

	Localidade	% de participação no capital social					
		31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
		Controlado	Indireto	Controlado	Indireto	Controlado	Indireto
União Vopak Armazéns Gerais Ltda.	Brasil	-	50	-	50	-	50
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	-	50	-	50	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Brasil	33	-	33	-	33	-
Maxfácil Participações S.A.	Brasil	-	-	-	-	-	50

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Em novembro de 2012, a Maxfácil Participações S.A. ("Maxfácil") foi cindida entre as sócias na proporção de suas participações e posteriormente incorporada por cada uma (vide nota explicativa nº 11.b). Em novembro de 2012, a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") foi constituída em conjunto com a Odebrecht TransPort Participações (vide nota explicativa nº 11.b).

a) Combinação de negócios - aquisição da American Chemical I.C.S.A. (atual Oxiteno Uruguay S.A.) - Em 1 de novembro de 2012, a Sociedade, através da sua controlada Oxiteno S.A., adquiriu a totalidade das ações da American Chemical I.C.S.A., empresa uruguaia de especialidades químicas, que possui uma planta em Montevidéu com capacidade de produção de 81 mil toneladas de especialidades químicas, em particular tensoativos sulfonados e sulfatados para os mercados de cosméticos e detergentes e produtos para a indústria de couro. O valor total pago foi R\$ 113.603, incluindo ajuste de capital de giro no montante de R\$ 6.168, efetuado no 1º trimestre de 2013. O valor pago pela aquisição das ações foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. A apuração dos valores justos do estoque, do imobilizado e do intangível foi concluída no 1º semestre de 2013. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 44.856. O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	7.147	Financiamentos	32.481
Contas a receber	31.169	Fornecedores	32.443
Estoques	33.459	Salários e encargos a pagar	3.431
Tributos a recuperar	3.163	Outros	1.869
Outros	1.906		70.224
	76.844		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Imobilizado	68.420	Financiamentos	7.362
Intangível	1.969	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.365
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.465		15.727
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	44.856		
	122.710	Total dos passivos assumidos	85.951
Total dos ativos adquiridos e do ágio	199.554	Valor pago	113.603

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente. O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade para o exercício findo em 2012, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro-forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a

aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	2012
Receita líquida de vendas e serviços	53.896.777
Lucro operacional	1.706.969
Lucro líquido do exercício	1.025.526
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,9076
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,8999

b) Combinação de negócios - aquisição do Temmar - Terminal Marítimo do Maranhão S.A. - Em 31 de julho de 2012, a Sociedade, através da sua controlada Tequimar, concluiu a aquisição de 100% das ações do Temmar. Este terminal está localizado na região portuária de Itaqui, no Maranhão, e tem capacidade de 55 mil m³, sendo utilizado principalmente para movimentação de combustíveis e biocombustíveis. O Temmar possui contratos com clientes para a totalidade da capacidade do terminal e contrato de arrendamento de longo prazo, que inclui extensa área para futuras expansões. O valor desembolsado na aquisição foi R\$ 68.196 e o Tequimar pagará valor adicional mínimo de R\$ 12.000, podendo atingir cerca de R\$ 30.000, em função de eventuais expansões na capacidade de armazenagem do terminal, desde que implementadas em até 7 anos, corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"). O valor total registrado em função da aquisição foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. O ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura é de R\$ 43.781. O quadro a seguir resume os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.768	Financiamentos	755
Contas a receber	1.099	Fornecedores	193
Tributos a recuperar	3.738	Salários e encargos a pagar	301
Outros	307	Obrigações tributárias	371
	6.912		1.620
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Aplicações financeiras	3.426	Financiamentos	45.676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.862	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	203
Imobilizado	88.361	Sociedades relacionadas	49.982
Intangível	21.243	Contraprestação contingente	12.000
Outros	2.092		107.861
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	43.781		
	170.765	Total dos passivos assumidos	109.481
Total dos ativos adquiridos e do ágio	177.677	Valor pago	68.196

O montante de R\$ 49.982 de "Sociedades relacionadas" referia-se a mútuo do Temmar com a Noble Brasil S.A. e foi liquidado na data da aquisição. O financiamento assumido refere-se ao Banco do Nordeste do Brasil com vencimentos entre outubro de 2013 e setembro de 2021, com juros de 10,0% a.a. Sobre os juros incide bônus de adimplência de 15%. Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizado e intangível adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente. O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Sociedade para o exercício findo em 2012, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro-forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativa dos resultados operacionais futuros:

	2012
Receita líquida de vendas e serviços	53.881.692
Lucro operacional	1.711.390
Lucro líquido do exercício	1.022.937
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,9028
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 30)	1,8951

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos emitidos pelo governo norte-americano indexados a taxas de juros pré-fixados; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros. Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 22 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas. O saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 3.543.700 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 3.131.828 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 2.659.287 em 1 de janeiro de 2012) e estão distribuídos conforme abaixo:

• **Caixa e equivalentes de caixa** - São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e bancos						
Em moeda nacional	153	173	71	136.532	35.786	77.794
Em moeda estrangeira	-	-	-	88.394	43.866	29.523
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa						
Em moeda nacional						
Títulos e fundos de renda fixa	110.125	76.808	178.601	2.051.143	1.912.217	1.643.013
Em moeda estrangeira						
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	-	29.245	15.176
Total de caixa e equivalentes de caixa	110.278	76.981	178.672	2.276.069	2.021.114	1.765.506

• **Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aplicações financeiras						
Em moeda nacional						
Títulos e fundos de renda fixa	264	216	52.902	747.256	641.022	541.287
Em moeda estrangeira						
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	-	368.781	290.636	259.091
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	-	151.594	179.056	93.403
Total de aplicações financeiras	264	216	52.902	1.267.631	1.110.714	893.781
Circulante	264	216	52.902	1.149.132	961.184	819.344
Não circulante	-	-	-	118.499	149.530	74.437

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 22).

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Clientes nacionais	2.159.355	2.130.816	1.882.889
Financiamentos a clientes - Ipiranga	276.044	276.937	239.588
Clientes estrangeiros	157.696	164.943	135.098
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(147.080)	(128.816)	(116.454)
	2.446.015	2.443.880	2.141.121
Circulante	2.321.537	2.306.521	2.023.405
Não circulante	124.478	137.359	117.716

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2013	2.593.095	2.282.310	104.544	12.906	6.428	7.786	179.121
31/12/2012	2.572.696	2.270.632	81.666	18.463	8.932	25.885	167.118
01/01/2012	2.257.575	1.991.490	80.538	18.088	5.788	14.938	146.733

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01/01/2012	116.454
Adições	20.616
Baixas por utilização	(8.254)
Saldo em 31/12/2012	128



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 01/01/2012	17.125
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(8.141)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(541)
Saldo em 31/12/2012	8.443
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	4.087
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	2.708
Saldo em 31/12/2013	15.238

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ajuste ao valor de realização	9.497	5.410	13.551
Obsolescência e outras perdas	5.741	3.033	3.574
Total	15.238	8.443	17.125

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IRPJ e CSLL	48.531	89.265	88.591	160.590	190.499	175.638
ICMS	-	-	-	210.045	197.294	173.205
Provisão para perdas de ICMS (1)	-	-	-	(65.180)	(61.717)	(41.146)
PIS e COFINS	-	-	21	156.707	156.491	211.332
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	-	-	-	43.592	32.626	19.513
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	-	-	-	3.997	4.117	3.552
Outros	-	-	-	7.589	7.719	5.819
Total	48.531	89.265	88.612	517.340	527.029	547.913
Circulante	27.067	63.266	48.706	479.975	477.959	466.518
Não circulante	21.464	25.999	39.906	37.365	49.070	81.395

(1) A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 01/01/2012	41.146
Adições	23.473
Baixas por recebimento	(2.902)
Saldo em 31/12/2012	61.717
Adições	9.274
Baixas por recebimento	(5.811)
Saldo em 31/12/2013	65.180

8 PARTES RELACIONADAS

a. Sociedades relacionadas

• Controladora

	Ativo		Resultado financeiro	
	Contas a receber	Debêntures	Total	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	772.194	-	772.194	89.541
Total em 31/12/2013	772.194	-	772.194	89.541

	Ativo		Resultado financeiro	
	Contas a receber	Debêntures	Total	
Companhia Ultragas S.A.	7.293	-	7.293	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	3.003	-	3.003	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	858	-	858	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	3.861	766.297	770.158	94.091
Total em 31/12/2012	15.015	766.297	781.312	94.091

	Ativo		Resultado financeiro	
	Contas a receber	Debêntures	Total	
Companhia Ultragas S.A.	955	-	955	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	2.867	-	2.867	-
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	-	775.709	775.709	-
Total em 01/01/2012	3.822	775.709	779.531	-

Em março de 2009, a Ipiranga efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirográfrica, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

• Consolidado

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ¹	A pagar ¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	1.069
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	1.051
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	7.952	1.210
Outros	490	826	-	-
Total em 31/12/2013	10.858	3.872	7.952	3.330

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ¹	A pagar ¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	10.368	-	-	926
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.046	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	275
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	9.871	14
Outros	490	826	-	-
Total em 31/12/2012	10.858	3.872	9.871	1.215

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ¹	A pagar ¹
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	9.654	-	-	965
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	3.145	-	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	204
Outros	490	826	328	-
Total em 01/01/2012	10.144	3.971	328	1.169

¹Incluídas nas rubricas de "contas a receber de clientes" e "fornecedores", respectivamente.

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.371
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	30.607
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	10.161	-
Total em 2013	10.167	42.978

	Operações comerciais	
	Vendas	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.844
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	29.189
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.069	-
Total em 2012	1.075	42.033

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar acima referem-se à adesão ao plano de marketing da Ipiranga e serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

b. Pessoal-chave da administração – Remuneração (Consolidado) - A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas. A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA[®], e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 24.b). Em 2013, a Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) no montante de R\$ 34.282 (R\$ 31.639 em 2012). Deste total, R\$ 28.041 referem-se à remuneração de curto prazo (R\$ 25.793 em 2012), R\$ 3.642 a remuneração em ações (R\$ 3.337 em 2012) e R\$ 2.599 a benefício pós-emprego (R\$ 2.509 em 2012).

c. Plano de ações - Em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 ("Plano de Ações"). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas

recebem os direitos de voto e econômico de ações e a propriedade dessas ações é retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e dez anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. O valor total concedido a executivos até 31 de dezembro de 2013, incluindo encargos tributários, foi R\$ 63.643 (R\$ 63.643 até 31 de dezembro de 2012). Tal valor está sendo amortizado pelo prazo de cinco a dez anos a partir da concessão, e a amortização relativa ao exercício de 2013 no montante de R\$ 9.729 (R\$ 6.426 em 2012) foi registrada como despesa geral e administrativa. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais da remuneração, incluindo impostos	Custos de remuneração reconhecidos	Custos de remuneração não reconhecidos
7 de novembro de 2012	350.000	5 a 7 anos	42,90	20.710	(4.104)	16.606
14 de dezembro de 2011	120.000	5 a 7 anos	31,85	5.272	(1.865)	3.407
10 de novembro de 2010	260.000	5 a 7 anos	26,78	9.602	(5.164)	4.438
16 de dezembro de 2009	250.000	5 a 7 anos	20,75	7.155	(4.962)	2.193
8 de outubro de 2008	384.008	5 a 7 anos	9,99	8.090	(7.098)	992
12 de dezembro de 2007	53.320	5 a 7 anos	16,17	3.570	(3.414)	156
9 de novembro de 2006	207.200	10 anos	11,62	3.322	(2.381)	941
14 de dezembro de 2005	93.600	10 anos	8,21	1.060	(857)	203
4 de outubro de 2004	167.900	10 anos	10,20	2.361	(2.184)	177
18 de dezembro de 2003	-	10 anos	7,58	2.501	(2.501)	-
	1.886.028		63.643	(34.530)	29.113	

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 01/01/2012	2.193.900
Ações outorgadas em 07/11/2012	350.000
Cancelamento de ações devido a interrupção de vínculo empregatício do administrador	(120.000)
Ações transferidas aos administradores	(53.360)
Saldo em 31/12/2012	2.370.540
Ações transferidas aos administradores	(484.512)
Saldo em 31/12/2013	1.886.028

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos - A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Provisões para perda de ativos	-	-	-	32.130	27.503	22.645
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10	6	690	111.395	110.563	105.160
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	-	43.753	43.450	37.026
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	-	-	21.710	2.500
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	-	57.334	134.598	220.668
Provisão para retirada de tanques	-	-	-	13.760	13.855	13.067
Demais provisões	385	37	-	72.153	60.768	61.451
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	-	45.607	56.884	48.448
Total	395	43	690	376.132	469.331	510.965
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Reavaliação de imobilizado	-	-	-	3.130	3.259	3.379
Arrendamento mercantil	-	-	-	5.640	6.255	6.644
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	-	61.864	65.299	21.529
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	-	6.709	950	810
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	-	4.088	3.489	871
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	-	5.911	-	-
Demais provisões	-	-	-	14.157	5.672	4.205
Total	-	-	-	101.499	84.924	37.438

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	384.407	473.527
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(90.996)	(108.384)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(9.306)	(4.133)
Saldo inicial reconhecido de empresas adquiridas	-	19.258
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócios	(8.365)	69
Outros	(1.107)	(4.196)
Saldo final	274.633	384.407

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	385	140.673
De 1 a 2 anos	-	70.322
De 2 a 3 anos	10	34.278
De 3 a 5 anos	-	29.254
De 5 a 7 anos	-	69.035
De 7 a 10 anos	-	32.570
	395	376.132

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado - Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes da tributação e equivalência patrimonial	34.045	14.512	1.806.428	1.437.567
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(11.575)	(4.934)	(614.185)	(488.773)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(340)	-	(24.793)	(15.754)
Receitas não tributáveis (ii)	104	325	6.569	15.573
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	6.050	25.779
Juros sobre capital próprio (iv)	(59.617)	(22.132)	(218)	-
Demais ajustes	23	23	1.100	(1.539)
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(71.405)	(26.718)	(625.477)	(464.714)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	52.755	43.442
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(71.405)	(26.718)	(572.722)	(421.272)
Corrente	(71.757)	(26.071)	(534.481)	(356.330)
Diferido	352	(647)	(90.996)	(108.384)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	52.755	43.442
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	-	-	31,7	29,3

(i) As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar - Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e certas controladas possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 142.952 (R\$ 171.409 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 145.030 em 1 de janeiro de 2012) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 109.652 (R\$ 155.911 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 135.454 em 1 de janeiro de 2012), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição. Sobre estes valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 45.607 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 56.884 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 48.448 em 1 de janeiro de 2012).

e. Medida Provisória nº 627 - Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que, dentre outras matérias: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a incidência de tributos sobre os ajustes decorrentes da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais (IFRS); e (ii) dispõe sobre a tributação de residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Sociedade analisou os potenciais efeitos da MP 627/13 e aguarda a sua conversão em lei para conclusão dos impactos, porém em análise inicial estes não são relevantes.

10 DESPESAS ANTECIPADAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Aluguéis	92.375	60.931	49.937
Propaganda e publicidade ⁽¹⁾	25.864	6.218	3.589
Plano de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	23.408	31.438	21.066
Prêmios de seguros	10.319	15.612	9.995
Manutenção de software	3.900	11.168	16.233
Compras de vale alimentação e transporte	1.541	4.545	4.670
Tributos e demais despesas antecipadas	5.575	3.551	2.292
	<u>162.982</u>	<u>133.463</u>	<u>107.782</u>
Circulante	65.177	53.811	39.913
Não circulante	97.805	79.652	67.869

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2013, R\$ 19.194 referem-se às ações de marketing relacionadas à Copa do Mundo de Futebol de 2014.

11 INVESTIMENTOS

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora) - Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	31/12/2013			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitemo S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.068.847	3.373.026	9.389.351	214.375
Passivo	3.888	480.755	7.234.447	145.856
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	1.064.959	2.892.330	2.154.904	68.519
Receita líquida de vendas e serviços	-	968.975	53.325.243	200.328
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados	76.387	215.729	965.607	3.963
Participação no capital social - %	100	100	100	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2012			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitemo S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	1.008.432	3.143.641	8.933.480	229.328
Passivo	19.921	794.425	6.497.978	169.820
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	988.511	2.349.275	2.435.502	59.508
Receita líquida de vendas e serviços	-	926.254	46.745.615	147.633
Lucro líquido do exercício após ajuste de lucros não realizados	74.243	170.740	783.270	11.980
Participação no capital social - %	100	100	100	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	01/01/2012			
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitemo S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	9.323.829	35.102.127	224.467.228.244	5.078.888
Ativo	810.186	2.928.982	7.772.412	198.991
Passivo	29.664	726.309	5.494.010	142.058
Patrimônio líquido ajustado pelos lucros não realizados entre controladas	780.522	2.202.732	2.278.402	56.933
Participação no capital social - %	100	100	100	33

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras das operações das controladas encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 21. A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto é demonstrada abaixo:

	Investimentos em controladas				Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitemo S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	780.883	2.206.872	2.284.440	5.272.195	18.904	5.291.099
Efeito da adoção do IAS 19 (CPC 33(R2)) - Benefícios a empregados	(361)	(4.140)	(6.038)	(10.539)	-	(10.539)
Saldo em 1 de janeiro de 2012	780.522	2.202.732	2.278.402	5.261.656	18.904	5.280.560
Equivalência patrimonial	74.243	170.740	783.270	1.028.253	3.866	1.032.119
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	(16.145)	(40.149)	(619.136)	(675.430)	(3.011)	(678.441)
Aporte de capital em dinheiro	150.000	-	-	150.000	-	150.000
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(59)	(59)	-	(59)
Ajustes de avaliação patrimonial	(109)	(1.095)	(6.975)	(8.179)	-	(8.179)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	17.047	-	17.047	-	17.047
Saldo em 31 de dezembro de 2012	988.511	2.349.275	2.435.502	5.773.288	19.759	5.793.047
Equivalência patrimonial	76.387	215.729	965.607	1.257.723	4.780	1.262.503
Dividendos e juros sobre o capital próprio (bruto)	-	(51.235)	(560.942)	(612.177)	(1.788)	(613.965)
Aporte de capital em dinheiro	-	350.000	-	350.000	-	350.000
Redução de capital	-	-	(700.000)	(700.000)	-	(700.000)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(139)	(139)	-	(139)
Ajustes de avaliação patrimonial	61	3.106	14.876	18.043	-	18.043
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	25.455	-	25.455	-	25.455
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.064.959	2.892.330	2.154.904	6.112.193	22.751	6.134.944

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado) - A Sociedade participa da RPR, que tem como atividade principal o refino de petróleo. A controlada Ultracargo Participações participa da União Vopak, que tem como atividade principal a armazenagem de grânéis líquidos no porto de Paranaguá. A controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. ("IPP") participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis. A ConectCar, constituída em novembro de 2012, iniciou sua operação em 23 de abril de 2013 no Estado de São Paulo e em 31 de dezembro de 2013 opera também nos Estados de Pernambuco e Bahia. A controlada IPP participava da Maxfácil, que tinha como atividade principal a administração de cartões de crédito de bandeira Ipiranga. Em novembro de 2012, a Maxfácil foi cindida entre as sócias na proporção de suas participações e posteriormente incorporada por cada uma. Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos				Total
	União Vopak	RPR	ConectCar	Maxfácil	
Saldo em 01/01/2012	6.331	18.904	-	95.568	120.803
Equivalência patrimonial	633	3.866	(1.319)	7.110	10.290
Dividendos recebidos	(1.250)	(3.011)	-	(7.674)	(11.935)
Aporte de capital	-	-	4.055	-	4.055
Incorporação	-	-	-	(95.004)	(95.004)
Saldo em 31/12/2012	5.714	19.759	2.736	-	28.209
Equivalência patrimonial	1.302	4.780*	(11.962)	-	(5.880)
Dividendos recebidos	(1.100)	(1.788)	-	-	(2.888)
Aporte de capital	-	-	24.945	-	24.945
Saldo em 31/12/2013	5.916	22.751	15.719	-	44.386

* inclui ajustes referentes à conclusão dos trabalhos de auditoria de 2012.

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2013		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.814	115.968	26.585
Ativo não circulante	9.358	98.407	25.301
Passivo circulante	1.340	46.973	20.448
Passivo não circulante	-	98.883	-
Patrimônio líquido	11.832	68.519	31.438
Receita líquida	12.632	200.328	4.146
Custos e despesas operacionais	(8.954)	(191.860)	(40.319)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.074)	(4.505)	12.248
Lucro (prejuízo) líquido	2.604	3.963	(23.925)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	50.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2012		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.254	137.729	12.616
Ativo não circulante	9.908	91.599	9.363
Passivo circulante	2.734	88.070	16.507
Passivo não circulante	-	81.750	-
Patrimônio líquido	11.428	59.508	5.472
Receita líquida	14.572	147.633	14
Custos e despesas operacionais	(12.914)	(109.984)	(4.018)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(392)	(25.669)	1.367
Lucro (prejuízo) líquido	1.266	11.980	(2.637)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	25.000.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

	01/01/2012		
	União Vopak	RPR	Maxfácil
Ativo circulante	2.657	112.592	176.531
Ativo não circulante	11.034	86.399	19.122
Passivo circulante	1.029	35.688	4.517
Passivo não circulante	-	106.370	-
Patrimônio líquido	12.662	56.933	191.136
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	10.997
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

c. Sociedades coligadas (Consolidado) - A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural. A controlada Oxitemo S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. A controlada Oxitemo Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxitemo Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada Companhia Ultragas S.A. ("Cia. Ultragas") participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa. O investimento da controlada Oxitemo S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2013, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Saldo em 01/01/2012	6.828	2.105	3.693	12.626
Dividendos recebidos	(146)	-	-	(146)
Equivalência patrimonial	332	(85)	(57)	190
Saldo em 31/12/2012	7.014	2.020	3.636	12.670
Redução de capital	(1.500)	-	-	(1.500)
Dividendos recebidos	(316)	-	-	(316)
Equivalência patrimonial	764	124	(1)	887
Saldo em 31/12/2013	5.962	2.144	3.635	11.741

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2013				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	4.482	19.507	85	555	3
Ativo não circulante	20.449	73.767	10.085	331	2.926
Passivo circulante	749	11.019	-	17	62
Passivo não circulante	332	73.681	2.901	1.708	3.459
Patrimônio líquido	23.850	8.574	7.269	(839)	(592)
Receita líquida	6.794	31.458	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.665)	(30.629)	(30)	(159)	276
Resultado financeiro e imposto de renda	(74)	(335)	28	1	12
Lucro (prejuízo) líquido	3.055	494	(2)	158	288
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	31/12/2012				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	8.074	15.300	207	364	30
Ativo não circulante	20.881	88.938	9.745	678	3.150
Passivo circulante	565	7.712	-	15	92
Passivo não circulante	332	88.446	2.682	1.708	3.972
Patrimônio líquido	28.058	8.080	7.270	(681)	(884)
Receita líquida	5.150	32.301	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(3.932)	(32.384)	(78)	(141)	356
Resultado financeiro e imposto de renda	110	(256)	(36)	8	(33)
Lucro (prejuízo) líquido	1.328	(339)	(114)	(133)	323
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

	01/01/2012				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	6.282	11.049	774	332	25
Ativo não circulante	22.032	93.310	8.836	842	3.132
Passivo circulante	668	6.638	-	13	61
Passivo não circulante	332	89.301	2.226	1.708	4.304
Patrimônio líquido	27.314	8.420	7.384	(547)	(1.208)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	156	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	25	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Custo:	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em		Depreciações	Transferências	Aquisição		Variação cambial	Saldo em 31/12/2012	
		01/01/2012	Adições			Baixas	Temmar ⁽¹⁾			do Oxiteno Uruguay ⁽¹⁾
Terrenos	-	354.077	39.350	-	20.411	(11.384)	-	938	403.563	
Edificações	28	1.095.400	9.077	-	55.722	(24.120)	-	10.599	1.152.647	
Benefitorias em imóveis de terceiros	13	402.419	6.452	-	68.156	(1.256)	31.749	29	507.548	
Máquinas e equipamentos	13	3.125.412	77.563	-	131.035	(10.740)	60.257	34.851	3.465.698	
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	14	1.639.532	130.303	-	67.223	(20.267)	-	-	1.816.791	
Tanques e vasilhames para GLP	12	415.905	65.843	-	31	(40.773)	-	-	441.006	
Veículos	9	191.842	14.977	-	10.151	(19.048)	77	292	198.674	
Móveis e utensílios	8	109.034	4.408	-	897	(149)	238	1.164	117.296	
Obras em andamento	-	229.392	392.189	-	(344.433)	(887)	-	14.769	294.328	
Adiantamentos a fornecedores	-	11.482	15.102	-	(13.701)	(2)	-	-	12.881	
Importações em andamento	-	166	84	-	(105)	-	-	40	174	
Equipamentos de informática	5	186.886	9.682	-	3.395	(2.820)	306	195	197.881	
		<u>7.761.547</u>	<u>765.030</u>	-	<u>(1.218)</u>	<u>(131.446)</u>	<u>92.627</u>	<u>62.110</u>	<u>8.608.487</u>	
Depreciação acumulada:										
Edificações		(463.773)	-	(36.423)	(40)	11.220	-	(2.563)	(487.449)	
Benefitorias em imóveis de terceiros		(210.338)	-	(27.009)	(66)	1.045	(1.051)	(28)	(237.447)	
Máquinas e equipamentos		(1.411.609)	-	(204.144)	2	6.292	(3.060)	(15.286)	(1.673.635)	
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(892.860)	-	(95.113)	137	15.822	-	-	(972.014)	
Tanques e vasilhames para GLP		(205.213)	-	(25.990)	(29)	14.525	-	-	(216.707)	
Veículos		(95.683)	-	(7.941)	-	14.817	(29)	(93)	(89.221)	
Móveis e utensílios		(73.155)	-	(8.389)	-	124	(29)	(426)	(83.447)	
Equipamentos de informática		(156.320)	-	(12.198)	(38)	2.167	(97)	(100)	(166.721)	
		<u>(3.508.951)</u>	-	<u>(417.207)</u>	<u>(34)</u>	<u>66.012</u>	<u>(4.266)</u>	<u>(18.496)</u>	<u>(3.935.641)</u>	
Provisão para perdas:										
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	-	(197)	
Máquinas e equipamentos		(1.475)	(4.195)	-	-	54	-	-	(5.616)	
Equipamentos de informática		-	(3)	-	-	-	-	-	(3)	
Móveis e utensílios		-	(10)	-	-	-	-	-	(10)	
		<u>(1.672)</u>	<u>(4.208)</u>	-	-	<u>54</u>	-	-	<u>(5.826)</u>	
Custo líquido		<u>4.250.924</u>	<u>760.822</u>	<u>(417.207)</u>	<u>(1.252)</u>	<u>(65.380)</u>	<u>88.361</u>	<u>43.614</u>	<u>7.138</u>	<u>4.667.020</u>

(1) Para maiores informações sobre a aquisição da Oxiteno Uruguay e do Temmar vide notas explicativas nº 3.a) e 3.b), respectivamente. As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações e reformas dos parques industriais e terminais e à construção e modernização de postos de serviços e bases de distribuição de combustíveis. Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de equipamentos para expansão das unidades industriais, terminais e bases, modernização de postos de combustíveis e aquisição de imóveis operacionais.

13 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

Custo:	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em		Amortizações	Transferências	Aquisição		Variação cambial	Saldo em 31/12/2013
		31/12/2012	Adições			Baixas	do Oxiteno Uruguay ⁽¹⁾		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	906.680	-	-	-	-	(10.071)	-	896.609
Software	5	324.881	36.457	-	(9.778)	(697)	-	2.774	353.637
Tecnologia	5	32.257	179	-	-	-	-	-	32.436
Direitos de propriedade comercial	30	16.334	-	-	-	-	-	-	16.334
Fundo de comércio	5	1.706.335	505.373	-	-	-	1.865	-	2.213.573
Outros	9	29.822	927	-	11.231	(155)	-	3.698	45.523
		<u>3.016.309</u>	<u>542.936</u>	-	<u>1.453</u>	<u>(852)</u>	<u>(8.206)</u>	<u>6.472</u>	<u>3.558.112</u>
Amortização acumulada:									
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		(101.983)	-	-	-	-	-	-	(101.983)
Software		(233.520)	-	(32.472)	3.698	693	-	(92)	(261.693)
Tecnologia		(22.717)	-	(4.973)	-	-	-	-	(27.690)
Direitos de propriedade comercial		(4.966)	-	(549)	-	-	-	-	(5.515)
Fundo de comércio		(687.381)	-	(302.787)	(1.854)	-	-	-	(992.022)
Outros		(442)	-	(50)	-	43	-	(5)	(454)
		<u>(1.051.009)</u>	-	<u>(340.831)</u>	<u>1.844</u>	<u>736</u>	-	<u>(97)</u>	<u>(1.389.357)</u>
Provisão para perdas:									
Software		(4)	-	-	-	4	-	-	-
		<u>(4)</u>	-	-	-	<u>4</u>	-	-	-
Custo líquido		<u>1.965.296</u>	<u>542.936</u>	<u>(340.831)</u>	<u>3.297</u>	<u>(112)</u>	<u>(8.206)</u>	<u>6.375</u>	<u>2.168.755</u>

Custo:	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em		Amortizações	Transferências	Aquisição		Variação cambial	Saldo em 31/12/2012
		01/01/2012	Adições			Baixas	do Oxiteno Uruguay ⁽¹⁾		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	807.972	-	-	-	54.927	43.781	-	906.680
Software	5	288.286	35.354	-	229	(162)	236	938	324.881
Tecnologia	5	32.257	-	-	-	-	-	-	32.257
Direitos de propriedade comercial	30	16.334	-	-	-	-	-	-	16.334
Fundo de comércio	5	1.150.941	533.185	-	966	-	21.243	-	1.706.335
Outros	7	4.155	26.230 ⁽²⁾	-	-	-	-	(563)	29.822
		<u>2.299.945</u>	<u>594.769</u>	-	<u>1.195</u>	<u>(162)</u>	<u>55.163</u>	<u>375</u>	<u>3.016.309</u>
Amortização acumulada:									
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		(101.983)	-	-	-	-	-	-	(101.983)
Software		(203.538)	-	(30.311)	16	162	(132)	283	(233.520)
Tecnologia		(16.657)	-	(6.060)	-	-	-	-	(22.717)
Direitos de propriedade comercial		(4.417)	-	(549)	-	-	-	-	(4.966)
Fundo de comércio		(433.873)	-	(251.099)	(2.409)	-	-	-	(687.381)
Outros		(345)	-	(82)	(19)	-	-	4	(442)
		<u>(760.813)</u>	-	<u>(288.101)</u>	<u>(2.412)</u>	<u>162</u>	<u>(132)</u>	<u>287</u>	<u>(1.051.009)</u>
Provisão para perdas:									
Software		(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
		<u>(4)</u>	-	-	-	-	-	-	<u>(4)</u>
Custo líquido		<u>1.539.132</u>	<u>594.765</u>	<u>(288.101)</u>	<u>(1.217)</u>	-	<u>55.031</u>	<u>662</u>	<u>1.965.296</u>

(1) Para maiores informações sobre a aquisição da Oxiteno Uruguay e do Temmar vide notas explicativas nº 3.a) e 3.b), respectivamente. (2) Em 2012, a Ipiranga adquiriu a marca 'am/pm' no Brasil por R\$ 26.132. A am/pm é a maior rede de lojas de conveniência no Brasil, sendo parte importante do modelo de diferenciação em serviços e conveniência da Ipiranga.

(3) Os ágios gerados por expectativa de rentabilidade futura na aquisição de empresas foram amortizados até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. O saldo líquido remanescente é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade. A Sociedade possui os seguintes saldos de ágio por expectativa de rentabilidade futura:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ágio na aquisição de:			
Ipiranga	276.724	276.724	276.724
União Terminais	211.089	211.089	211.089
Texaco	177.759	177.759	177.759
Oxiteno Uruguay	44.856	54.927	-
Temmar	43.781	43.781	-
DNP	24.736	24.736	24.736
Repsol	13.403	13.403	13.403
Outros	2.278	2.278	2.278
	<u>794.626</u>	<u>804.697</u>	<u>705.989</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções variaram de 11,3% a 24,9% e 0% a 5,0% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. O teste de recuperação dos saldos de ágios da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros. iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Oleoquímica") registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, alcoóis graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia. iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir: • Em 11 de julho de 2002, a controlada Tequimar assinou contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2002 e julho de 2042. • Adicionalmente, a controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de grânulos líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado no período compreendido entre agosto de 2005 e dezembro de 2022. v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desdobramentos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desdobramentos de bonificação são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa no resultado pelo prazo do contrato (tipicamente 5 anos) e são revisados à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. vi) Outros intangíveis representam substancialmente os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil. As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	11.534	13.701
Despesas com vendas e comerciais	298.786	246.828
Despesas gerais e administrativas	30.511	27.572
	<u>340.831</u>	<u>288.101</u>

14 FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

a. Composição

Descrição	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em	
					31/12/2013 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:						
Notas no mercado externo (b)	584.521	508.883	466.197	US\$	+7,3	2015
Financiamento externo (c.1) (*)	187.340	159.550	-	US\$ + LIBOR (i)	+0,8	2015
Financiamento externo (c.2)	140.341	122.152	111.868	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2014
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	136.753	114.760	125.813	US\$	+1,4	< 349 dias
Instituições financeiras (e)	95.792	84.007	-	US\$	+2,1	2014 a 2017
Instituições financeiras (e)	46.740	40.641	-	US\$ + LIBOR (i)	+2,0	2017
BNDES (d)	46.623	59.291	72.869	US\$	+5,6	2014 a 2020
Instituições financeiras (e)	31.241	25.259	28.454	MX\$ + TIIE (ii)	+1,2	2014 a 2016
Adiantamento de Cambiais Entregues	25.511	52.744	45.692	US\$	+1,2	< 112 dias
Instituições financeiras (e)	-	30.194	21.784	Bs (iii)	-	-
FINIMP	-	-	878	US\$	-	-
Subtotal	<u>1.294.862</u>	<u>1.197.481</u>	<u>873.555</u>			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.402.553	668.900	213.055	CDI	103,3	2014 a 2019
Banco do Brasil pré-fixado (f) (*)	905.947	1.948.096	2.208.109	R\$	+12,1	2014 a 2015
Debêntures – 4ª emissão (g.1)	852.483	845.891	-	CDI	108,3	2015
BNDES (d)	633.829	677.840	890.865	TJLP (iv)	+2,5	2014 a 2020
Debêntures – 1ª emissão pública IPP (g.2)	606.929	602.328	-	CDI	107,9	2017
Banco do Nordeste do Brasil	104.072	118.754	86.108	R\$	+8,5 (vi)	2018 a 2021
BNDES (d)	47.428	49.163	57.188	R\$	+5,3	2015 a 2020
Arrendamento mercantil financeiro (i)	44.338	42.419	42.356	IGP-M (v)	+5,6	2031
FINEP	38.845	30.789	10.904	R\$	+4,0	2019 a 2021
Nota de crédito à exportação (h) (*)	24.994	-	-	R\$	+8,0	2016
FINEP	6.718	23.488	45.647	TJLP (iv)	+0,0	2014 a 2023
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	53	494	1.297	R\$	+14,0	2014
FINAME	-	510	2.106	TJLP	-	-
Debêntures – 3ª emissão (g.3)	-	-	1.002.451	CDI	-	-
Empréstimo - Maxfácil	-	-	86.364	CDI	-	-
Subtotal	<u>5.668.189</u>	<u>5.008.672</u>	<u>4.646.450</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros						
	6.575	9.699	22.089			
Total	<					



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações no valor justo reconhecidas no resultado. Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2013):

Vencimento	31/12/2013
jan/14	410.172
mar/14	252.709
abr/14	64.393
mai/14	451.926
fev/15	368.515
mai/15	669.965
fev/16	166.666
mai/16	100.000
mai/19	824.154
Total	3.308.500

Durante o primeiro semestre de 2013, a IPP renegociou empréstimos que venceriam durante este período, nos valores de principal de (i) R\$ 500 milhões, alterando seu vencimento para fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016 e (ii) R\$ 300 milhões, alterando seu vencimento para maio de 2015 e maio de 2016, ambos com taxa pós-fixada de 104,3% do CDI. No segundo trimestre de 2013, a IPP captou empréstimo adicional no valor de principal de R\$ 800 milhões, com vencimento em maio de 2019 e taxa pós-fixada de 104,0% do CDI.

g. Debêntures - 1) Em março de 2012, a Sociedade efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfaria, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,3% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfaria, todas nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

3) Em março de 2012 a Sociedade efetuou resgate parcial antecipado de 800 debêntures e em 4 de dezembro de 2012, data do vencimento das debêntures remanescentes de terceira emissão, a Sociedade liquidou as 200 debêntures restantes. As debêntures possuíam remuneração de 108,5% do CDI com pagamentos de juros anuais e amortização em parcela única no vencimento, conforme características abaixo:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	4 de dezembro de 2012
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não houve repactuação

h. Nota de crédito à exportação - Em março de 2013, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões, com vencimento em março de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. Em agosto de 2013, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito à exportação no montante de R\$ 10 milhões, com vencimento em agosto de 2016 e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. A Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide nota explicativa nº 22). A Oxiteno Nordeste designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro - A controlada Cia. Ultrazag mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031. A controlada Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos ("Serma") mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relacionado a equipamentos de informática, com prazo de 36 meses. A controlada tem a opção de comprar os ativos por um preço substancialmente mais baixo do que o valor justo à data da opção, e a administração possui a intenção de exercê-la. Os contratos de arrendamento mercantil financeiro de veículos para transporte de combustíveis da controlada Tropical Transportes Ipiranga Ltda. ("Tropical") foram encerrados em março e abril de 2013, tendo a controlada recebido o direito de propriedade definitiva dos veículos. Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	31/12/2013			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	29.653	292	823	30.768
Financiamento (valor presente)	44.338	53	-	44.391
Circulante	1.735	53	-	1.788
Não circulante	42.603	-	-	42.603

	31/12/2012			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	34.649	765	847	36.261
Financiamento (valor presente)	42.419	410	84	42.913
Circulante	1.533	357	84	1.974
Não circulante	40.886	53	-	40.939

	01/01/2012			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	39.645	1.541	865	42.051
Financiamento (valor presente)	42.356	952	345	43.653
Circulante	1.419	542	261	2.222
Não circulante	40.937	410	84	41.431

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	31/12/2013			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.949	55	-	4.004
De 1 a 2 anos	3.949	-	-	3.949
De 2 a 3 anos	3.949	-	-	3.949
De 3 a 4 anos	3.949	-	-	3.949
De 4 a 5 anos	3.949	-	-	3.949
Mais de 5 anos	48.704	-	-	48.704
Total	68.449	55	-	68.504

	31/12/2012			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.655	385	113	4.153
De 1 a 2 anos	3.655	55	-	3.710
De 2 a 3 anos	3.655	-	-	3.655
De 3 a 4 anos	3.655	-	-	3.655
De 4 a 5 anos	3.655	-	-	3.655
Mais de 5 anos	48.730	-	-	48.730
Total	67.005	440	113	67.558

	01/01/2012			
	Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP	Equipamentos de informática	Veículos para transporte de combustíveis	Total
Até 1 ano	3.540	622	365	4.527
De 1 a 2 anos	3.540	385	113	4.038
De 2 a 3 anos	3.540	55	-	3.595
De 3 a 4 anos	3.540	-	-	3.540
De 4 a 5 anos	3.540	-	-	3.540
Mais de 5 anos	50.740	-	-	50.740
Total	68.440	1.062	478	69.980

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços ("ISS"), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

j. Custos de transação - Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2012	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2013
Banco do Brasil (f)	0,4	13.315	16.212	(9.730)	19.797
Debêntures (g)	0,4	8.116	-	(3.386)	4.730
Notas no mercado externo (b)	0,2	3.021	-	(712)	2.309
Outros	0,2	1.435	-	(519)	916
Total		25.887	16.212	(14.347)	27.752

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 01/01/2012	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2012
Banco do Brasil (f)	0,6	21.512	2.926	(11.123)	13.315
Debêntures (g)	0,4	6.023	6.772	(4.679)	8.116
Notas no mercado externo (b)	0,2	3.697	-	(676)	3.021
Outros	0,3	810	929	(304)	1.435
Total		32.042	10.627	(16.782)	25.887

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Banco do Brasil (f)	5.323	3.086	2.691	3.218	3.844	1.635	19.797
Debêntures (g)	3.766	854	55	55	-	-	4.730
Notas no mercado externo (b)	1.154	1.155	-	-	-	-	2.309
Outros	436	315	89	76	-	-	916
Total	10.679	5.410	2.835	3.349	3.844	1.635	27.752

k. Garantias - Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 40.675 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 41.466 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 88.794 em 1 de janeiro de 2012) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 2.528.511 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.423.240 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1.841.760 em 1 de janeiro de 2012). Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 155.221 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 179.387 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 135.051 em 1 de janeiro de 2012). Algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de "vendedor"). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 14.315 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 12.137 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 11.843 em 1 de janeiro de 2012), com vencimentos de até 214 dias. Até 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 350 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 298 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 286 em 1 de janeiro de 2012), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras. A Sociedade e suas controladas têm em certos financiamentos cláusulas de inadimplência cruzada que as obrigam a pagar a dívida contratada no caso de inadimplência de outras dívidas em valor igual ou superior a US\$ 15 milhões. Em 31 de dezembro de 2013 não havia casos de inadimplência em relação às dívidas da Sociedade e de suas controladas.

15 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Fornecedores nacionais	907.138	1.242.447	1.016.380
Fornecedores estrangeiros	61.812	55.288	50.406
Total	968.950	1.297.735	1.066.786

A Sociedade e suas controladas adquirem combustíveis e GLP da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. e da Braskem Qpar S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. A Sociedade e suas controladas dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

16 SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Participação nos lucros, bônus e prêmios	142.120	114.305	144.021
Provisões sobre folha de pagamento	111.831	93.596	88.550
Encargos sociais	31.059	32.643	27.553
Salários e honorários	11.000	9.305	5.246
Benefícios	1.303	1.466	1.081
Outros	341	1.211	769
Total	297.654	252.526	267.220

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
ICMS	75.883	71.255	55.018
IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina e Oxiteno Uruguay	11.445	8.818	8.340
PIS e COFINS	9.128	10.564	16.491
ISS	5.656	5.703	4.715
IPI	4.304	4.502	14.604
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	3.998	3.448	3.856
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.659	1.432	5.175
Outros	4.249	1.951	1.009
Total	116.322	107.673	109.208

18 PROVISÃO PARA RETIRADA DE TANQUES (CONSOLIDADO)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m). A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 01/01/2012	67.504
Adições (novos tanques)	1.664
Gastos com tanques retirados	(2.477)
Despesa com atualização	3.720
Saldo em 31/12/2012	70.411
Adições (novos tanques)	715
Gastos com tanques retirados	(5.435)
Despesa com atualização	3.970
Saldo em 31/12/2013	69.661
Circulante	3.449
Não circulante	66.212

19 RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

A Sociedade e suas controladas têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Programa de fidelidade Km de Vantagens	12.816	13.545	15.983
Taxa inicial de franquia am/pm	14.049	14.362	12.472
Total	26.865	27.907	28.455
Circulante	17.731	18.054	19.731
Não circulante	9.134	9.853	8.724

A Ipiranga possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são considerados parte da receita de vendas, com base no valor justo dos pontos emitidos. A receita é diferida considerando a expectativa de resgate dos pontos, e é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram. A taxa inicial de franquia relacionada à rede de lojas de conveniência am/pm e recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado pelo regime de competência, conforme a essência dos contratos com os franqueados.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social - A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* ("ADRs") nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 544.383.996 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2013 estavam em circulação no exterior 34.314.797 ações ordinárias na forma de ADRs (35.425.099 em 31 de dezembro de 2012).

b. Ações em tesouraria - A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997. Em 2013, não houve recompra de ações. Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, 7.971.556 ações ordinárias eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 14,42. O preço das ações de emissão da Sociedade em 31 de dezembro de 2013 na BM&FBOVESPA era de R\$ 55,95.

c. Reserva de capital - A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para manutenção em tesouraria nas controladas da Sociedade, ao preço médio de R\$ 17,44 por ação. Tais ações foram utilizadas para concessão de usufruto a executivos dessas controladas, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

d. Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

e. Reservas de lucros - Reserva legal - Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos. Reserva de retenção de lucros - Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Reserva estatutária para investimentos - Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social. As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 2.371.533, R\$ 1.950.707 e R\$ 1.608.465 em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012, respectivamente.

f. Outros resultados abrangentes - Ajustes de avaliação patrimonial - São reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, as diferenças entre o valor justo e o custo amortizado das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado, caso ocorra a liquidação antecipada dos instrumentos financeiros. Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado. Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira - A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e (ii) administração própria, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos outros resultados abrangentes da Controladora é demonstrada conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial			Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Total	
Em 1 de janeiro de 2012	193	(4.629)	(4.436)	(4.426)
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	17.047
Varição de valor justo	(170)	-	(170)	-
Perda atuarial em benefício pós-emprego	-	(12.135)	(12.135)	-
IR e CS sobre perda atuarial	-	4.126	4.126	-
Em 31 de dezembro de 2012	23	(12.638)	(12.615)	12.621
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	25.455
Varição de valor justo	(18)	-	(18)	-
Ganho atuarial em benefício pós-emprego	-	27.365	27.365	-
IR e CS sobre perda atuarial	-	(9.304)	(9.304)	-
Em 31 de dezembro de 2013	5	5.423	5.428	38.076

g. Dividendos - Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 1 de janeiro de 2012, no montante de R\$ 273.453 (R\$ 0,51 – cinquenta e um centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de fevereiro de 2012, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 11 de abril de 2012 e pagos em 2 de março de 2012. A antecipação dos dividendos de 2012, no montante de R\$ 273.392 (R\$ 0,51 – cinquenta e um centavos de Real por ação), foi paga a partir de 17 de agosto de 2012. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 354.032 (R\$ 0,66 – sessenta e seis centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2013, tendo sido ratificados em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2013 e pagos em 8 de março de 2013. Em 31 de julho de 2013, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2013, no montante de R\$ 354.032 (R\$ 0,66 – sessenta e seis centavos de Real por ação), pagos a partir de 16 de agosto de 2013. A proposta de dividendos reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2013
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	1.225.143
Reserva legal	(61.257)
Lucro líquido do exercício após reserva legal	1.163.886
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	581.943
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,66 por ação	(354.032)
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	227.911
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	161.584
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,71 por ação	389.495
Reserva estatutária para investimentos	420.359

21 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Sociedade possui quatro segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico e armazenagem. O segmento de distribuição de gás (Ultrazag) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e alcoóis graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grandes líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultrazag	3.982.300	3.847.087
Ipiranga	53.384.116	46.829.423
Oxiten	3.277.839	2.928.850
Ultracargo	332.070	293.589
Outros ⁽¹⁾	37.146	47.610
Vendas entre segmentos	(73.225)	(77.633)
Total	60.940.246	53.868.926
Vendas entre segmentos:		
Ultrazag	1.300	1.245
Ipiranga	-	-
Oxiten	871	-
Ultracargo	33.940	29.005
Outros ⁽¹⁾	37.114	47.383
Total	73.225	77.633

	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultrazag	3.981.000	3.845.842
Ipiranga	53.384.116	46.829.423
Oxiten	3.276.968	2.928.850
Ultracargo	298.130	264.584
Outros ⁽¹⁾	32	227
Total	60.940.246	53.868.926

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro operacional:		
Ultrazag	147.034	114.282
Ipiranga	1.574.677	1.254.445
Oxiten	308.589	228.785
Ultracargo	108.865	105.462
Outros ⁽¹⁾	4.868	4.916
Total	2.144.033	1.707.890

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras	240.562	208.155
Despesas financeiras	(578.167)	(478.478)
Equivalência patrimonial	(4.993)	10.480
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.801.435	1.448.047

	31/12/2013	31/12/2012
Adições ao imobilizado e intangível:		
Ultrazag	179.862	175.619
Ipiranga	836.176	961.637
Oxiten	141.122	120.331
Ultracargo	38.905	87.432
Outros ⁽¹⁾	15.636	14.780
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	1.211.701	1.359.799
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 18)	(715)	(1.664)
Juros capitalizados	(6.835)	(9.355)
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	1.204.151	1.348.780

	31/12/2013	31/12/2012
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultrazag	133.489	131.441
Ipiranga	454.156	390.748
Oxiten	131.857	123.142
Ultracargo	47.349	36.565
Outros ⁽¹⁾	12.086	11.183
Total	778.937	693.079

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos totais:			
Ultrazag	2.502.590	2.302.009	1.869.775
Ipiranga	8.077.204	7.619.164	6.628.865
Oxiten	4.030.122	3.532.076	3.456.611
Ultracargo	1.320.344	1.330.569	1.068.452
Outros ⁽¹⁾	448.285	465.736	673.998
Total	16.378.545	15.249.554	13.697.701

⁽¹⁾ A linha "Outros" é formada pela controladora Ultrapar, Serma e Imaven Imóveis Ltda.

Informações relativas à área geográfica - Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiten no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
México	85.610	46.248	30.853
Venezuela	24.834	22.418	17.021
Uruguai	50.304	43.769	-
Estados Unidos	109.451	48.922	-

A Sociedade gera receitas em suas operações no Brasil, no México, na Venezuela e, a partir de 1 de novembro de 2012, no Uruguai, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, como apresentado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida das vendas:		
Brasil	59.963.359	52.999.338
México	134.241	124.206
Venezuela	207.008	142.900
Outros países da América Latina	332.738	320.574
Estados Unidos e Canadá	136.666	137.228
Extremo Oriente	45.808	39.206
Europa	73.624	57.294
Outros	46.802	48.180
Total	60.940.246	53.868.926

22 RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança - Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites. A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade ("Comitê"). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.

Risco de moedas - A maior parte das operações da Sociedade e suas controladas se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiten. A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012:

em milhões de Reais	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	457,2	363,7	303,8
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisões para perda	156,0	163,2	134,9
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	443,4	300,4	115,3
	1.056,6	827,3	554,0
Passivos em moeda estrangeira			
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.294,9)	(1.197,5)	(873,6)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(45,3)	(21,5)	(2,8)
	(1.340,2)	(1.219,0)	(876,4)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	427,1	499,9	348,5
Posição líquida ativa – total	143,5	108,2	26,1

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
(1) Efeito no resultado	Depreciação	(3,9)	(9,8)	(19,6)
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	18,2	45,6	91,3
(1) + (2)	Efeito	14,3	35,8	71,7
(3) Efeito no resultado	Apreciação	3,9	9,8	19,6
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(18,2)	(45,6)	(91,3)
(3) + (4)	Efeito	(14,3)	(35,8)	(71,7)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira
A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição de R\$ 143,5 milhões ativa em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	25%	50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação	(3,9)	(9,8)	(19,6)
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	18,2	45,6	91,3
(1) + (2)	Efeito	14,3	35,8	71,7
(3) Efeito no resultado	Apreciação	3,9	9,8	19,6
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(18,2)	(45,6)	(91,3)
(3) + (4)	Efeito	(14,3)	(35,8)	(71,7)

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior (vide nota explicativa nº 2.r).

Risco de juros - A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14. A Sociedade não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2013 a Sociedade e suas controladas possuíam instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI). Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
CDI				
Equivalentes de caixa	4	2.051,1	1.912,2	1.643,0
Aplicações financeiras	4	747,3	641,0	541,3
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	112,3	21,1	24,5
Financiamentos e debêntures	14	(3.862,0)	(2.117,1)	(1.301,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	22	(452,5)	(495,5)	(367,9)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	22	(854,6)	(1.796,7)	(2.152,5)
Posição líquida passiva em CDI		(2.258,4)	(1.835,0)	(1.613,5)
TJLP				
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(640,5)	(701,8)	(938,6)
Posição líquida passiva em TJLP		(640,5)	(701,8)	(938,6)
LIBOR				
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	22	329,7	286,0	111,8
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(374,4)	(322,3)	(111,9)
Posição líquida passiva em LIBOR		(44,7)	(36,3)	(0,1)
TIIE				
Empréstimos e financiamentos - TIIE	14	(31,2)	(25,3)	(28,5)
Posição líquida passiva em TIIE		(31,2)	(25,3)	(28,5)
Posição líquida passiva total		(2.974,8)	(2.598,4)	(2.580,7)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes - A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro de 31 de dezembro de 2013, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	25%	50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	18,9	47,2	94,5
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,2	0,4	0,8
Efeito nos juros da dívida	Elevação CDI	(26,1)	(65,4)	(130,7)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(12,4)	(31,3)	(62,4)
Despesa incremental		(19,4)	(49,1)	(97,8)
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(3,4)	(8,4)	(16,8)
Despesa incremental		(3,4)	(8,4)	(16,8)
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,1	0,3	0,5
Efeito nos juros da dívida	Elevação LIBOR	(0,1)	(0,3)	(0,6)
Despesa incremental		-	-	(0,1)
Efeito nos juros da dívida	Elevação TIIE	(0,1)	(0,3)	(0,6)
Despesa incremental		(0,1)	(0,3)	(0,6)

Risco de crédito - Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber. Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte. Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ipiranga	121.205	111.789	101.318
Ultragaz	20.793	13.755	13.107
Oxitemo	2.569	2.647	1.415
Ultracargo	2.513	625	614
Total	147.080	128.816	116.454

Risco de liquidez - As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "joint ventures", ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos. A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro suficiente para atender a suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.056,9 milhões. Adicionalmente, o plano de investimentos para 2014 totaliza R\$ 1.484,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 3.425,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide notas explicativas nº 4 e 14). A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2013 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 31 de dezembro de 2013 no balanço patrimonial.

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (1) (2)	8.686,9	2.056,9	3.939,8	977,0	1.713,2
Instrumentos de proteção (3)	38,9	19,3	19,6	-	-
Fornecedores	969,0	969,0	-	-	-

(1) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 12,0%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 2,50 em 2014, R\$ 2,72 em 2015, R\$ 3,00 em 2016, R\$ 3,29 em 2017 e R\$ 3,57 em 2018 (iii) TJLP de 5,0% e (iv) IGP-M de 6,4% em 2014, 5,4% em 2015, 5,4% em 2016, 5,4% em 2017 e 5,4% em 2018 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

(2) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(3) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2013, e na curva futura de LIBOR (BBA - British Bankers Association) em 31 de dezembro de 2013. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Gestão de capital - A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros - Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez. A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia "instrumentos de proteção" quando se referem a instrumentos financeiros derivativos. Conforme mencionado na seção Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (nacional) ¹			Valor justo			Valor a receber	Valor a pagar
			31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	
			RS milhões	RS milhões	RS milhões	RS milhões	RS milhões	RS milhões	RS milhões	
Instrumentos de proteção										
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos										
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Citibank	jan/2014 a abr/2017	US\$ 140,0	US\$ 140,0	US\$ 60,0	329,7	286,0	111,8	329,7	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	HSBC, Itaú, JP Morgan		US\$ 87,4	US\$ 111,3	US\$ 138,9	212,8	234,7	261,5	212,8	-
Passivo em taxa de juros CDI	Santander		US\$ (227,4)	US\$ (251,3)	US\$ (198,9)	(452,5)	(495,6)	(367,9)	-	452,5
Resultado acumulado			-	-	-	90,0	25,1	5,4	542,5	452,5
b.1 e b.2 - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM										
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco	jan/2014 a fev/2014	US\$ 48,1	US\$ 10,2	US\$ 13,3	112,3	21,1	24,5	112,3	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)	HSBC, Itaú		US\$ (48,1)	US\$ (10,2)	US\$ (13,3)	(115,4)	(20,8)	(24,8)	-	115,4
Resultado acumulado			-	-	-	(3,1)	0,3	(0,3)	112,3	115,4

c - Swap de juros em Reais										
Ativo em taxa de juros pré-fixada	Banco do Brasil	mai/2014 a ago/2016	R\$ 627,5	R\$ 1.400,0	R\$ 1.809,5	937,0	1.958,9	2.229,4	937,0	-
Passivo em taxa de juros CDI	Brasil, Itaú		R\$ (627,5)	R\$ (1.400,0)	R\$ (1.809,5)	(854,6)	(1.796,7)	(2.152,5)	-	854,6
Resultado acumulado			-	-	-	82,4	162,2	76,9	937,0	854,6
Resultado acumulado total bruto										
						169,3	187,6	82,0	1.591,8	1.422,5
Imposto de renda						(24,3)	(18,2)	(10,7)	(24,3)	-
Resultado acumulado total líquido										
						145,0	169,4	71,3	1.567,5	1.422,5
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)										
						151,6	179,1	93,4		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)										
						(6,6)	(9,7)	(22,1)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2013, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de swap em aberto que totalizavam US\$ 227,4 milhões de principal com posição passiva, na média a 103,5% do CDI, sendo US\$ 87,4 milhões, com posição ativa a US\$ + 4,19% a.a. e US\$ 140,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,0% a.a.

b.1 - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxitemo S.A. e Oxitemo Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2013, estes contratos de swap totalizavam US\$ 13,1 milhões e tinham na média uma posição ativa a US\$ + 0,0% a.a.

b.2 - Proteção à exposição cambial dos investimentos líquidos em entidades no exterior - O objetivo destes contratos é minimizar o efeito da variação cambial dos investimentos em controladas no exterior realizados em moeda funcional diferente da Sociedade, transformando-os em investimentos em Reais. Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de swap em aberto que totalizavam US\$ 35,0 milhões de principal com posição ativa a 95,1% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional - O objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de taxa para flutuante. Em 31 de dezembro de 2013 estes contratos de swap totalizavam R\$ 627,5 milhões de valor nominal, correspondente ao valor do principal das dívidas objeto e, na média, tinham uma posição ativa em 12,0% a.a. e passiva a 98,8% do CDI.

Contabilidade de proteção (hedge accounting) - A Sociedade e suas controladas verificam, ao longo de toda a duração do hedge, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Sociedade e suas controladas designam como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2013 os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R\$ 627,5 milhões de valor nominal referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2013 uma despesa de R\$ 18,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 69,9 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 131,7 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 98,8% do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como hedge de valor justo totalizavam US\$ 80,0 milhões de valor nominal, sendo reconhecida no resultado em 2013, uma receita de R\$ 15,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R\$ 2,7 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 26,1 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 104,1% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1). Em 31 de dezembro de 2013 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior totalizavam US\$ 35 milhões de valor nominal referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, sendo reconhecida no resultado em 2013 uma despesa de R\$ 1,7 milhão. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção - As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 que afetaram a demonstração de resultado e o patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(26,9)	-	(7,1)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(4,8)	-	(0,4)	-
c - Swaps de juros em Reais (iii)	51,9	-	64,4	-
Total	20,2	-	56,9	-

	31/12/2012		01/01/2012	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos (i)	(7,1)	-	(0,4)	-
b - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos	(0,4)	-	64,4	-
c - Swaps de juros em Reais (iii)	64,4	-	56,9	-
Total	56,9	-	122,9	-

A tabela acima: (i) não considera o efeito da variação cambial nos swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida), (ii) considera o efeito da designação dos hedges cambiais e (iii) considera o efeito da designação dos hedges de juros em Reais.

Valor justo dos instrumentos financeiros - Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e de 1 de janeiro de 2012 estão demonstrados a seguir:

Ativos financeiros:	Categoria	Nota explicativa	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa									
Caixa e bancos		Empréstimos e recebíveis	4	224.926	224.926	79.652	79.652	107.317	107.317
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Mens. ao valor justo através do resultado	4	2.051.143	2.051.143	1.912.217	1.912.217	1.643.013	1.643.013
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		Mens. ao valor justo através do resultado	4	-	-	29.245	29.245	15.176	15.176
Aplicações financeiras									
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Disponível para venda	4	736.638	736.638	630.404	630.404	534.094	534.094
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Mantidos até o vencimento	4	10.618	10.618	10.618	10.618	7.193	7.193
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		Disponível para venda	4	368.781	368.781	290.636	290.636	259.091	259.091
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado	4	151.594	151.594	179.056	179.056	93.403	93.403
Total				3.543.700	3.543.700	3.131.828	3.131.828	2.659.287	2.659.287
Passivos financeiros:									
Financiamentos		Mens. ao valor justo através do resultado	14	1.118.281	1.118.281	2.107.646	2.107.646	2.208.109	2.208.109
Financiamentos		Mens. pelo custo amortizado	14	4.340.967	4.373.680	2.607.375	2.683.319	2.265.792	2.304.651
Debêntures		Mens. pelo custo amortizado	14	1.459.412	1.456.282	1.448.219	1.450.300	1.002.451	1.001.121
Arrendamento mercantil financeiro		Mens. pelo custo amortizado	14	44.391	44.391	42.913	42.913	43.653	43.653
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado	14	6.575	6.575	9.699	9.699	22.089	22.089
Total				6.969.626	6.999.209	6.215.852	6.293.877	5.542.094	5.579.623

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da LPG (vide nota explicativa nº 14.b) é utilizado o preço observado destes títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e de 1 de janeiro de 2012. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo através do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14) e (v) garantias de clientes que possuem vendor (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial - Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias: (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e (c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Sociedade e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2012:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Mens. ao valor justo através do resultado	4	2.051.143	2.051.143	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Disponível para venda	4	736.638	736.638	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		Disponível para venda	4	368.781	-	368.781
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado	4	151.594	-	151.594
Total				3.308.156	2.787.781	520.375
Passivos financeiros:						
Financiamentos		Mens. ao valor justo através do resultado	14	1.118.281	-	1.118.281
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado	14	6.575	-	6.575
Total				1.124.856	-	1.124.856

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Mens. ao valor justo através do resultado	4	1.912.217	1.912.217	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		Mens. ao valor justo através do resultado	4	29.245	29.245	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Disponível para venda	4	630.404	630.404	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		Disponível para venda	4	290.636	84.872	205.764
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado	4	179.056	-	179.056
Total				3.041.558	2.656.738	384.820
Passivos financeiros:						
Financiamentos - Banco do Brasil pré-fixado		Mens. ao valor justo através do resultado	14	2.107.646	-	2.107.646
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado	14	9.699	-	9.699
Total				2.117.345	-	2.117.345

	Categoria	Nota explicativa	01/01/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Mens. ao valor justo através do resultado		1.643.013	1.643.013	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		Mens. ao valor justo através do resultado		15.176	15.176	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional		Disponível para venda		534.094	534.094	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira		Disponível para venda		259.091	-	259.091
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado		93.403	-	93.403
Total				2.544.777	2.192.283	352.494
Passivos financeiros:						
Financiamentos - Banco do Brasil pré-fixado		Mens. ao valor justo através do resultado		2.208.109	-	2.208.109
Instrumentos de proteção cambial e de juros		Mens. ao valor justo através do resultado		22.089	-	22.089
Total				2.230.198	-	2.230.198





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade - A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2013. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 3,18 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto. Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2013, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2013 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação	77.896	230.829	383.763
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar	do dólar	(77.889)	(230.828)	(383.767)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>(4)</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação	(373)	7.366	15.105
(4) Margem bruta da Oxiteno	do dólar	373	(7.366)	(15.105)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2013 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável. Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Swap de taxa de juros (em Reais)				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa	-	21.761	44.822
(2) Dívida a taxa fixa	pré-fixada	-	(21.768)	(44.831)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>(7)</u>	<u>(9)</u>

23 PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela administração, baseada na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/12/2013
IRPJ e CSLL	305.815	37.425	(641)	18.262	360.861
PIS e COFINS	82.938	-	(1.163)	4.737	86.512
ICMS	62.491	752	(33.198)	3.068	33.113
INSS	12.789	123	(7.366)	705	6.251
Cíveis	91.242	11.202	(11.597)	39	90.886
Trabalhistas	44.186	18.359	(3.890)	1.519	60.174
Outras	1.016	150	(30)	87	1.223
Total	600.477	68.011	(57.885)	28.417	639.020
Circulante	49.514	-	-	-	69.306
Não circulante	550.963	-	-	-	569.714

Provisões	Saldo em 01/01/2012	Aquisição do Temmar	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo em 31/12/2012
IRPJ e CSLL	256.165	-	33.583	(207)	16.274	305.815
PIS e COFINS	82.612	-	1.176	(5.958)	5.108	82.938
ICMS	73.389	-	1.538	(17.410)	4.974	62.491
INSS	14.305	-	224	(2.637)	897	12.789
Cíveis	81.522	203	15.631	(6.222)	108	91.242
Trabalhistas	44.278	-	8.017	(8.755)	646	44.186
Outras	930	-	90	(67)	63	1.016
Total	553.201	203	60.259	(41.256)	28.070	600.477
Circulante	40.986	-	-	-	-	49.514
Não circulante	512.215	-	-	-	-	550.963

Algumas das provisões acima apresentadas possuem depósitos judiciais a elas relacionados no montante de R\$ 456.075 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 401.847 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 328.581 em 1 de janeiro de 2012).

b. Processos tributários - Provisões - Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultrazag e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana") ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para suportar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Nos termos da liminar obtida, as controladas vêm realizando o depósito judicial desses débitos, cujo saldo totaliza R\$ 345.513 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 291.483 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 242.058 em 1 de janeiro de 2012) e constituindo passivo correspondente para esse fim. A controlada IPP possui provisão para processo de IRPJ e CSLL referente a inconstitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual tornou indetúvel a CSLL na base de cálculo do IRPJ, no montante de R\$ 19.806 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.120 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 18.413 em 1 de janeiro de 2012). As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultrazag, Tequimar, Tropical, Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA") e IPP possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP obtiveram liminares e efetuarão depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituiram a respectiva provisão no montante de R\$ 86.306 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 81.622 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 75.636 em 1 de janeiro de 2012). O julgamento destas e de todas as demandas que envolvam tal tema estão suspensas tendo em vista o deferimento de medida cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 18. A controlada Oxiteno S.A. aderiu à anistia instituída pelo Decreto nº 58.811/2012 do Estado de São Paulo para quitar débito referente a autuação sofrida sob alegação de crédito indevido de ICMS sobre notas fiscais de retorno simbólico de matérias-primas enviadas para industrialização. O valor provisionado de R\$ 15.364 foi pago em abril de 2013. Da mesma forma, em novembro de 2013 a controlada IPP aderiu à anistia instituída pelo Estado do Pará através do Decreto nº 885/2013 e quitou auto de infração no valor de R\$ 12.596. A controlada IPP possui provisão relativa a ICMS referente, principalmente, a exigência do tributo sob a fundamentação comum de falta de recolhimento, sendo diversas as razões que ensejaram os lançamentos fiscais e para os quais a contraprova não é evidente, no montante de R\$ 19.449 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 19.499 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 16.021 em 1 de janeiro de 2012). **Passivos contingentes** - Os principais processos fiscais da controlada IPP e suas controladas que apresentam risco de perda avaliado como possível, e que com base nesta avaliação não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras, referem-se ao ICMS e são relativos, principalmente, a: (a) exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS referentes a aquisições de álcool hidratado, uma vez que o produto era revendido por preço inferior ao de compra em virtude do PROÁLCOOL, programa do Governo Federal de incentivo à produção que determinava a antecipação do subsídio financeiro pelas distribuidoras aos usineiros e seu posterior ressarcimento pelo DNC (atual Agência Nacional de Petróleo – ANP), R\$ 113.555 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 104.086 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 94.357 em 1 de janeiro de 2012); (b) crédito alegadamente indevido, em razão da empresa ter tomado créditos de ICMS na escrita fiscal, em relação aos quais o fisco entende não ter havido comprovação de sua origem, R\$ 29.565 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 23.901 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 19.313 em 1 de janeiro de 2012); (c) autuações por suposta falta de recolhimento do imposto, R\$ 25.576 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 23.096 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 25.318 em 1 de janeiro de 2012); (d) autos de infração lavrados em Ourinhos/SP relativos a operações de devolução de empréstimo de álcool anidro efetuadas com diferimento do imposto, R\$ 40.848 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 36.324 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 28.733 em 1 de janeiro de 2012); (e) autuações no Estado do Rio de Janeiro exigindo o estorno de créditos de ICMS gerados nas saídas interestaduais feitas ao abrigo do artigo 33 do Convênio ICMS 66/88, o qual permitia a manutenção do crédito e que foi suspenso por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), R\$ 17.222 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 16.060 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 14.654 em 1 de janeiro de 2012); (f) glosa de créditos de ICMS tomados na escrituração de notas fiscais consideradas inidôneas, embora o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ seja no sentido de que é possível a tomada de crédito pelo adquirente mesmo que haja vício no documento do vendedor, desde que reste comprovado que a operação de fato tenha ocorrido, R\$ 27.215 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 28.515 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 25.761 em 1 de janeiro de 2012); (g) autuações decorrentes de sobre ou falta de estoque, ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal, R\$ 47.106 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 31.380 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 19.627 em 1 de janeiro de 2012); (h) autos de infração referentes à glosa de créditos de ICMS legitimamente apropriados pela empresa, lavrados em razão de supostamente não terem sido atendidas todas as formalidades previstas na legislação vigente, R\$ 36.398 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 35.032 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 25.277 em 1 de janeiro de 2012); (i) autuações decorrentes da utilização de crédito de ICMS relativo às entradas de etanol supostamente em desacordo com a legislação, oriundas de Estados que concederam benefício fiscal sem convênio a produtores de álcool, R\$ 30.726 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 24.662 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 20.340 em 1 de janeiro de 2012); (j) autuações que contemplam diversas hipóteses de descumprimento de obrigações acessórias, dentre elas suposta falta de emissão de documento fiscal, suposta falta de entrega ou entrega com incorreções de relatórios informativos ao fisco, erro no preenchimento de DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, dentre outros, R\$ 11.806 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 9.416 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 7.926 em 1 de janeiro de 2012); e (k) auto de infração lavrado por falta de recolhimento de ICMS nas aquisições de óleo lubrificante básico, cujo recolhimento era diferido para o momento da realização da operação subsequente de saída industrializada, relativamente às operações interestaduais (abrangidas pela não incidência constitucional – art. 155,X, 'b' da CF), R\$ 10.657 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 9.734 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 8.809 em 1 de janeiro de 2012). A controlada IPP possui autos de infração relativos à não-homologação de compensação de créditos de imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante não provisionado da contingência classificada como perda possível, atualizado até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 117.697 (R\$ 81.868 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 78.508 em 1 de janeiro de 2012). **Ativos contingentes** - A Sociedade e suas controladas possuem sentenças favoráveis para recolherem as contribuições ao PIS e à COFINS sem as alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98 em sua versão original. O questionamento em curso refere-se à incidência dessas contribuições sobre outras receitas, além do faturamento. Em 2005, o STF julgou a questão

favoravelmente aos contribuintes; muito embora seja um precedente, o efeito dessa decisão não se aplica automaticamente a todas as empresas, já que estas devem aguardar o julgamento de suas próprias ações judiciais. A Sociedade possui controladas cujas ações ainda não foram julgadas, e caso todas as ações judiciais ainda em aberto venham a transitar em julgado favoravelmente às controladas, a Sociedade estima que o efeito total positivo no resultado, antes do imposto de renda e da contribuição social, deva atingir R\$ 36.197, já deduzidos os honorários advocatícios.

c. Processos cíveis - Provisões - A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, bem como para questões ambientais, no montante de R\$ 90.886 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 91.242 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 81.522 em 1 de janeiro de 2012). **Passivos contingentes** - A controlada Cia. Ultrazag respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R\$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. Baseada nos elementos acima e na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da controlada não registrou provisão para esta contingência.

d. Processos trabalhistas - Provisões - A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 60.174 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 44.186 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 44.278 em 1 de janeiro de 2012) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista. **Passivos contingentes** - O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Pólo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais foram julgadas improcedentes. O dissídio coletivo encontra-se atualmente em trâmite no STF, aguardando julgamento. A partir do segundo semestre de 2010 algumas empresas do Pólo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato nos autos do dissídio coletivo. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, que analisaram a última decisão do STF no dissídio coletivo e a posição da ação individual das controladas Oxiteno Nordeste e da EMCA, a administração das controladas não julgou necessário constituir provisão em 31 de dezembro de 2013. A Sociedade e suas controladas possuem outros processos administrativos e judiciais em andamento, individualmente de menor relevância, de natureza tributária, cível e trabalhista, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e/ou remoto (processos com chances de perda de 50% ou menos), e cujas eventuais perdas potenciais não foram provisionadas pela Sociedade e suas controladas, com base nesses pareceres. A Sociedade e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam a recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas demonstrações financeiras em razão de sua natureza contingente.

e. Contratos - A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	100.000	2016
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2013, essas tarifas eram de R\$ 5,79 e R\$ 1,38 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos. A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas e máximo de 220 mil toneladas. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em toneladas de eteno	195.085	211.060	200.130	214.008

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem S.A. durante os períodos.

A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem Qpar S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Os compromissos mínimos de compra e as demandas reais acumuladas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, expressos em toneladas de eteno, estão a seguir indicados. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato.

	Compromisso de compra mínima (*)		Demanda acumulada (real)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em toneladas de eteno	41.810	39.760	42.201	41.061

(*) Ajustado em decorrência de paradas operacionais ocorridas na Braskem Qpar S.A. durante os períodos.

f. Cobertura de seguros em controladas - A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima de cada negócio é assim demonstrada:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US\$ 1.202
Ultrazag	R\$ 152
Ipiranga	R\$ 740
Ultracargo	R\$ 550

(*) em milhões. Moeda conforme indicado.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços. Desde março de 2013, são mantidas apólices de responsabilidade civil para diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas e membros do conselho fiscal no valor total de US\$ 50 milhões, que cobrem responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato ou omissão cometido por uma pessoa atuando na qualidade de membro do conselho de administração, diretor executivo da Ultrapar e suas controladas e membro do conselho fiscal ou qualquer reclamação contra tais conselheiros, diretores executivos da Ultrapar e suas controladas e membros do conselho fiscal apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo. São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros. As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

g. Contratos de arrendamento mercantil operacional - As controladas Cia. Ultrazag, Bahiana, Utingás Armazenadora S.A., Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 e 45 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultrazag e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2013	21.990	23.218	-	45.208

As controladas IPP e Cia. Ultrazag mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2013	a pagar (60.436)	(189.401)	(115.923)	(365.760)
	a receber 48.846	147.368	93.783	289.997

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2013, foi R\$ 41.013 (R\$ 39.912 em 2012).

24 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (CONSOLIDADO)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar - Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2013, a Sociedade e suas controladas contribuíram com R\$ 17.876 (R\$ 15.563 em 2012) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2013 atingiu 6.811 participantes ativos e 113 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 29 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego - A Sociedade e suas controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis. Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Deliberação CVM 695/2012.

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Plano de Assistência Médica e Odontológica	32.028	41.535	28.523
Multa FGTS	43.349	44.387	41.625
Gratificação	20.545	23.058	20.263
Seguro de vida	15.374	19.515	18.785
Total	111.296	128.495	109.196
Circulante	11.922	10.035	11.718
Não circulante	99.374	118.460	97.478



ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA CNPJ Nº 33.256.439/0001-39 www.ultra.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	128.495	109.196
Custo dos serviços correntes	3.075	3.276
Custo dos juros	11.028	10.688
Redução antecipada do plano	-	(1.072)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	(27.369)	12.159
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(3.933)	(5.752)
Saldo final	111.296	128.495

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Plano de Assistência Médica e Odontológica	3.550	2.826
Multa FGTS	5.893	6.310
Gratificação	3.043	3.017
Seguro de vida	1.617	1.811
Total	14.103	13.964

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2013	31/12/2012
	% a.a.	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	11,79	8,68
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,10	6,59
Taxa de inflação (longo prazo)	5,00	4,50
Taxa de crescimento dos serviços médicos	9,20	8,68

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

Análise de sensibilidade - As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2013 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Aumento no passivo	Mudança na premissa	Diminuição no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	9.142	diminuição 1,0 p.p.	7.624
Taxa de crescimento salarial	aumento 1,0 p.p.	1.997	diminuição 1,0 p.p.	1.968
Taxa de crescimento dos serviços médicos	aumento 1,0 p.p.	4.068	diminuição 1,0 p.p.	3.409

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas. **Riscos inerentes ao benefício pós-emprego** - Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente. Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente. Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

25 RECEITA DE VENDAS E DE SERVIÇOS PRESTADOS (CONSOLIDADO)

	31/12/2013	31/12/2012
Receita de vendas bruta	62.054.471	54.953.576
Receita de serviços prestados bruta	546.159	481.167
Impostos sobre vendas	(1.393.073)	(1.304.850)
Devoluções e abatimentos	(267.714)	(261.085)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 19)	403	118
Receita líquida de vendas e serviços	60.940.246	53.868.926

26 DESPESAS POR NATUREZA (CONSOLIDADO)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2013	31/12/2012
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	55.158.800	48.869.888
Gastos com pessoal	1.393.115	1.227.930
Frete e armazenagens	975.904	846.638
Depreciação e amortização	778.937	693.079
Propaganda e marketing	156.730	156.174
Serviços prestados por terceiros	169.235	140.419
Aluguel de imóveis e equipamentos	83.311	71.882
Outras despesas	218.042	232.816
Total	58.934.074	52.238.826

Classificado como:

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	56.165.382	49.768.137
Despesas com vendas e comerciais	1.756.376	1.579.589
Despesas gerais e administrativas	1.012.316	891.100
Total	58.934.074	52.238.826

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 29.052 em 2013 (R\$ 23.683 em 2012).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Ultrapar Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Ultrapar Participações

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 19 de fevereiro de 2014, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014.

Flávio César Maia Luz

José Reinaldo Magalhães

Mario Probst

27 OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS (CONSOLIDADO)

	31/12/2013	31/12/2012
Merchandising	41.956	37.611
Ações promocionais	28.689	29.871
Programa de fidelidade	28.189	21.620
Multas	(1.957)	(15.634)
Outros	704	659
Outros resultados operacionais, líquidos	97.581	74.134

28 RESULTADO NA VENDA DE BENS (CONSOLIDADO)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Em 2013 o resultado foi um ganho de R\$ 40.280 (ganho de R\$ 3.656 em 2012) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado. Em 2013 o ganho refere-se principalmente à venda de terrenos e de parte de uma base de armazenagem da Ipiranga.

29 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	120.245	109.211	178.275	146.543
Juros de clientes	-	-	58.182	58.360
Outras receitas	-	-	4.105	3.252
	120.245	109.211	240.562	208.155
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(354.151)	(332.382)
Juros sobre debêntures	(73.471)	(94.353)	(124.908)	(96.968)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(5.816)	(3.871)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(12.811)	(531)	(43.499)	(22.092)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	(1)	-	(40.654)	(12.311)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	(13)	212	(9.139)	(10.854)
	(86.296)	(94.672)	(578.167)	(478.478)
Resultado financeiro	33.949	14.539	(337.605)	(270.323)

30 LUCRO POR AÇÃO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. Como mencionado na nota explicativa nº 8.c), a Sociedade possui um plano de remuneração em ações.

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro básico por ação		
Lucro líquido da Sociedade	1.225.143	1.019.913
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	534.114	533.993
Lucro básico por ação - R\$	2.2938	1.9100
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	1.225.143	1.019.913
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	536.412	536.171
Lucro diluído por ação - R\$	2.2840	1.9022
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação:	534.114	533.993
Efeito da diluição		
Usufruto de ações	2.298	2.178
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação:	536.412	536.171

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição da Extrafarma - Em 31 de janeiro de 2014 foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma, a incorporação pela Ultrapar da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Como consequência, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Sociedade, sendo R\$ 141.913 como aumento de capital social, perfazendo um capital social de R\$ 3.838.686, dividido em 556.405.096 ações, e R\$ 533.262 como aumento da reserva capital, valor este que poderá ser ajustado em razão das regras previstas no CPC 15 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011. Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderão acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro. Com a aprovação da incorporação de ações em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma passou a ser uma controlada da Ultrapar e os atuais acionistas da empresa tornam-se acionistas de longo prazo da Ultrapar. A associação com a Extrafarma marca o ingresso da Ultrapar no mercado de varejo farmacêutico brasileiro, tornando-se o terceiro negócio de distribuição e varejo especializado da Sociedade. A Sociedade está preparando o balanço de abertura, apurando o valor justo dos ativos e passivos e, consequentemente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura. Para maiores detalhes desta operação, vide Fato Relevante de 30 de setembro de 2013, Fato Relevante de 19 de dezembro de 2013 e Comunicado ao Mercado de 31 de janeiro de 2014.

Renegociação de financiamentos - Em janeiro de 2014, a controlada IPP renegociou empréstimos junto ao Banco do Brasil, que venceriam em 2014, no valor principal total de R\$ 909,5 milhões, alterando seus vencimentos para janeiro de 2017 com taxa pós-fixada de 105,5% do CDI. Em janeiro de 2014, a controlada Oxiteno Overseas renegociou financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, alterando o seu vencimento para janeiro de 2017.

Emissão de debêntures - Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfaria, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, vencimento final em dezembro de 2018 (pagamento do valor nominal em parcela única no vencimento final) e remuneração de 107,9% do CDI.

S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases - *Avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto* - Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Ultrapar Participações S.A., essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das IFRSs seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes - Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.w) às demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de política contábil para a contabilização dos empreendimentos controlados em conjunto e dos benefícios aos empregados, os valores correspondentes, individuais e consolidados, referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 e na norma internacional IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no pronunciamento técnico CPC 26 (R1) e na norma internacional IAS 1 (Revisada 2007) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos - *Demonstrações do valor adicionado* - Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 - Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.w) às demonstrações financeiras, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 19 de fevereiro de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Aguiar Cunha
Presidente

Lucio de Castro Andrade Filho
Vice-Presidente

Ana Maria Levy Villela Igel
Ivan de Souza Monteiro

Nildemar Secches
Olavo Egidio Monteiro de Carvalho

Paulo Vieira Belotti
Pedro Wongtschowski

Renato Ochman
Conselheiros

DIRETORIA

Thilo Mannhardt
Diretor Presidente

André Covre
Diretor de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin
Leocadio de Almeida Antunes Filho

Paulo Correa Lazera
Pedro Jorge Filho

Ricardo Isaac Catran
Diretores

José Carlos Layber de Oliveira
Contador - CRC nº 1 SP 185528/O-7

